

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS
PÚBLICOS

RODOLFO HOMERO FRANCISCO DA SILVA

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DOS ESTUDANTES RESIDENTES NA
MORADIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

SÃO CARLOS - SP

2018

RODOLFO HOMERO FRANCISCO DA SILVA

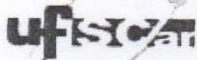
DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DOS ESTUDANTES RESIDENTES NA
MORADIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos da Universidade Federal de São Carlos como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Filomena Caron

SÃO CARLOS - SP

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Rodolfo Homero Francisco da Silva, realizada em 05/03/2018:

Prof. Dra. Monica Filomena Caron
UFSCar

Prof. Dra. Heloisa Chalmers Sista
UFSCar

Prof. Dr. Fransérgio Follis
UNICEP

RESUMO

É inquestionável que dia após dia a temática socioambiental tem obtido sucesso em galgar visibilidade na mídia, nas organizações, na política e na sociedade de forma geral. A adoção de sistemas de gestão ambiental por uma parcela considerável das organizações, sejam elas públicas ou privadas, de forma espontânea ou coercitiva, é exemplo desta nova realidade. Dentro deste contexto, encaixa-se a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), através de órgãos internos tais como a Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade e da ProACE, que mantém atualmente 592 vagas nas moradias estudantis localizadas em sua maioria na parte interna do campus. Sendo os estudantes residentes da moradia estudantil interna uma parcela bastante significativa dos estudantes da UFSCar e ao mesmo tempo a parcela que vive a realidade da instituição de forma mais constante, entende-se que é possível subsidiar discussões que tentem compreender sua percepção socioambiental e a real efetividade das ações de caráter socioambiental desenvolvidas institucionalmente a partir da aplicação de um questionário direcionado a este público. Para tanto, buscou-se compreender os diferentes conceitos de Educação Ambiental e proceder o levantamento das mais diferentes ações e iniciativas de cunho socioambiental presentes no campus São Carlos da UFSCar. Dessa forma, espera-se que essas discussões possam colaborar institucionalmente de modo a identificar demandas e subsidiar ações de intervenção, conscientização, orientação e produção de material didático adequado, correspondendo de forma mais dinâmica às expectativas internas e da sociedade em geral acerca do relevante papel de uma instituição pública de ensino no debate socioambiental.

Palavras-chave: Diagnóstico Socioambiental. Educação Ambiental. Instituição Pública de Ensino Superior.

ABSTRACT

It is uncontested that day after day the socio-environmental theme has been successful in acquiring visibility in the media, in organizations, in politics and in society in general. A large number of organizations have been adopting environmental management systems showing that this new reality is among public and private companies in a spontaneously or coercively ways. Within this context, the Federal University of São Carlos (UFSCar) fits in with internal departments such as the *Secretaria Geral de Gestão Ambiental* and ProACE, which currently maintains 592 places in student housing located mostly inside of campus. Considering that a very significant portion of students that need residence assistance live in the internal student housing of UFSCar, they are the parcel that lives the reality of the institution more consistently, it is understood that, from the application of a questionnaire directed to this public, therefore, it is possible to subsidize discussions that attempt to understand their socio-environmental perception and the actual effectiveness of the socio-environmental actions developed institutionally. In order to do so, we sought to understand the different concepts of Environmental Education and proceed with the survey of the most different actions and social-environmental initiatives present on the São Carlos campus of UFSCar. Thus, in these discussions we aim to collaborate institutionally in order to identify demands and subsidize actions of intervention, awareness, orientation and production of adequate didactic material, corresponding more dynamically to the internal expectations and society in general about the relevant role of a public educational institution in the socio-environmental debate.

Keywords: Socio-environmental diagnosis. Environmental education. Public Institution of Higher Education.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 Compreensões de meio ambiente
- Quadro 2 Macrotendências da Educação Ambiental
- Quadro 3 Principais objetivos da Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade
- Quadro 4 Atribuições – Departamento de Apoio à Educação Ambiental
- Quadro 5 Propostas PET – AMBIENTAL
- Quadro 6 Propostas de atuação – PPGCam
- Quadro 7 Pontos fundamentais no processo de formação do aluno constantes no Perfil do profissional a ser formado na UFSCar
- Quadro 8 Objetivos da ProACE visando o atendimento ao Programa Nacional de Assistência Estudantil
- Quadro 9 Bolsa Moradia vaga, por campus (2012-2016*)
- Quadro 10 Síntese dos principais pontos observados

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 Distribuição etária dos participantes
- Gráfico 2 Distribuição dos participantes por gênero autodeclarado

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEMA	Coordenadoria Especial de Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
DCAm	Departamento de Ciências Ambientais
DeAEA	Departamento De Apoio à Educação Ambiental
DeGABA	Departamento de Gestão de Áreas Verdes Biodiversidade e Agroambientes
DeGR	Departamento de Gestão De Resíduos
DiAS	Divisão de Assistência Social
DiPGA	Divisão de Planejamento e Gestão Ambiental
EA	Educação Ambiental
EMABio	Empresa Junior do Departamento de Biologia
ENACTUS	Entrepreneurial Action Us
GAIA	Grupo Ambiental Ipê Amarelo
GIRE3	Grupo de Incentivo à Redução, Reutilização e Reciclagem
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização Das Nações Unidas
PAE	PAE
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEAm	Programa De Educação Ambiental
PET	Programa de Educação Tutorial
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PPGCAm	Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais
ProACE	Pró Reitoria De Assuntos Comunitários e Estudantis
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
REDE ACES	Ambientalização Curricular do Ensino Superior
SAC	Secretaria de Assuntos Comunitários
SE	Secretaria Executiva

SeGAS-Ar	Seção de Gestão Ambiental e Sustentabilidade do Campus de Araras
SeGAS-LS	Seção de Gestão Ambiental e Sustentabilidade do Campus de Lagoa do Sino
SeGAS-S	Seção de Gestão Ambiental e Sustentabilidade do Campus de Sorocaba
SeM	Seção De Moradia
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SG	Secretaria Geral
SGAS	Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UGR	Unidade de Gestão De Resíduos
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1. Questão de pesquisa.....	11
2. OBJETIVOS	12
2.1. Objetivo Geral	12
3. REFERENCIAL TEÓRICO	133
3.1. A questão socioambiental no Brasil	13
3.2. Conceitos de Educação Ambiental	14
3.3. Educação Ambiental no Brasil	20
3.4. A UFSCar e a questão socioambiental	21
4 METODOLOGIA	31
4.1. Tipificação e descrição da pesquisa.....	31
4.2. Local de estudo	32
4.2.1. A Seção de Moradia – SeM.....	33
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
5.1. Análise do levantamento.....	36
6 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
7 REFERÊNCIAS	56
8 ANEXOS	59
9 APÊNDICES	61

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade é facilmente perceptível uma crescente preocupação da mídia, das grandes corporações e da opinião pública de uma forma geral com relação à questão socioambiental em seus mais diversos aspectos. Esta preocupação tem se mostrado presente também na agenda política, trazendo à tona conflitos antes reservados apenas aos bastidores.

Ao longo dos séculos XX e XXI, o movimento ambientalista tem conseguido ampliar sua visibilidade com significativo sucesso, principalmente a partir do período pós-guerra por volta dos anos 60.

Historicamente, um grande divisor de águas dentro da temática ambiental foi o livro de Thomas Robert Malthus, *An Essay on the Principle of Population* (1798), que afirmava existir uma razão entre o crescimento populacional e a oferta de recursos naturais, no caso, os alimentos. Segundo Malthus, o descabido crescimento populacional acarretaria em deficiência no abastecimento de alimentos e no surgimento da fome e enfermidades decorrentes, culminando no aumento da taxa de mortalidade. Esta mortalidade, por sua vez, viria a restaurar a razão entre a população e a produção de recursos, restabelecendo o equilíbrio perdido.

Desta forma, a humanidade lentamente começaria a tomar ciência da limitação dos recursos naturais e da importância de sua preservação e uso consciente. Mais recentemente, fatores como a Revolução Industrial, as grandes guerras, as crises do petróleo e os mais diversos tipos de desastres ambientais causaram impacto negativo não apenas ao meio ambiente em si, mas também ao meio social, agravando problemas estruturais relacionados aos direitos fundamentais do ser humano.

Nesse contexto, a ciência e a tecnologia passam a ser questionadas pela sociedade e encaradas de formas distintas, como fator contribuinte da degradação ambiental e também como alternativa para diminuir ou até mesmo cessar esta mesma degradação ambiental.

Com a constituição do Clube de Roma, foi produzido um dos mais importantes documentos da área, o *Relatório Meadows*, que abarca aflições como o desenfreado crescimento populacional, a escassez de recursos naturais básicos e alimentos, além do impacto e da degradação ambiental causados pelo crescimento desordenado da atividade industrial. Mais tarde, tal relatório seria amplamente citado nas discussões da Conferência de Estocolmo ocorrida em 1972, marcada por ser a primeira desse tipo dirigida pela ONU (Organização das Nações Unidas) com participação de chefes de estado a tratar exclusivamente das preocupações com as questões socioambientais. Em 1987 foi finalmente

finalizado o Relatório Brundtland, produzido por diversos especialistas das mais diversas áreas dentro da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e que traria pela primeira vez os conceitos de Desenvolvimento Sustentável.

Esta “onda ambiental” seguiu fixando suas raízes através das décadas. No Brasil, durante a conferência Eco 92 foi produzida a Agenda 21, que trouxe mudanças em diversos setores da sociedade e fomentou movimentos de conscientização socioambiental, influenciando positivamente a educação desde seus níveis mais básicos e reiterando a ideia da necessidade de preservação do planeta e dos recursos para as gerações futuras.

No decorrer dos anos, a ciência e a tecnologia desenvolveram-se de forma acelerada, influenciando profundamente a atividade industrial e aperfeiçoando a produção e a eficiência, mas ao mesmo tempo causando graves danos ao meio ambiente de forma geral. As inovações do período foram muitas e a cultura capitalista de crescimento constante, lucro, redução de custos e hábitos de consumo irresponsáveis é o norte que rege a produção industrial que, por sua vez, ignorou por muito tempo os impactos ambientais causados pelo descarte de resíduos de produção, pela extração e uso desenfreado de recursos e matéria-prima, pela poluição do ar ocasionada pelos setores produtivos, pela degradação de oceanos, bacias hidrográficas e afins.

Com o advento do processo de globalização e o facilitado acesso aos meios de comunicação - principalmente através da internet - a opinião pública atentou-se às agressões causadas ao meio ambiente e à grande parcela da sociedade em nome do avanço tecnológico, fazendo com que o debate se estendesse mais amplamente. As consequências causadas pelo avanço tecnológico são agora trazidas à tona e as pressões sobre estas consequências atingem em especial o meio empresarial e o meio político, responsáveis respectivamente pela produção industrial e pela criação de políticas de regulação e fiscalização. Como reflexo destas pressões, percebe-se que o conceito de responsabilidade socioambiental tem-se feito cada vez mais presente no cotidiano organizacional e até mesmo na publicidade das empresas como diferencial de mercado.

Frente a esta nova realidade, é destacado o papel das universidades públicas, que deveriam responder à altura e desempenhar um papel decisivo nas discussões das questões envolvidas e na inserção da educação ambiental no cotidiano da sociedade. Historicamente, a relação das universidades com a questão socioambiental tem se mostrado bastante complexa, permeada por impasses financeiros, estruturais, culturais, dentre tantos outros. Ao mesmo tempo, estes impasses e obstáculos não a isenta do papel de protagonista nas discussões ambientais.

A Universidade Federal de São Carlos, como organismo público, é conclamada a promover as ações concretas de cunho socioambiental não só entre seus estudantes, mas também entre seus colaboradores docentes, técnicos administrativos, funcionários terceirizados e comunidade em geral. Respondendo a este chamado, a UFSCar criou em junho de 2013 a Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, em substituição ao CEMA - Coordenadoria Especial de Meio Ambiente - que atuava no campus desde setembro de 1993.

Dotada de um alicerçado sistema de assistência estudantil, a UFSCar oferece atualmente 614 vagas nas moradias estudantis localizadas na parte interna e externa do campus, bolsa moradia em espécie para estudantes que residem em imóveis alugados fora do campus e bolsa moradia mãe/pai.

Sendo os estudantes residentes da moradia estudantil interna uma parcela bastante significativa dos estudantes da UFSCar e ao mesmo tempo a parcela que vive a realidade da instituição de forma mais constante, entende-se na presente pesquisa que a partir da aplicação de um questionário direcionado a este público, serão obtidos dados que possibilitarão subsidiar discussões que compreendam sua percepção socioambiental e a real efetividade das ações de caráter socioambiental desenvolvidas institucionalmente. Dessa forma, estas discussões poderão colaborar institucionalmente de modo a identificar demandas e subsidiar ações de intervenção, conscientização, orientação e produção de material didático adequado, correspondendo de maneira mais dinâmica às expectativas internas e da sociedade em geral acerca do relevante papel de uma instituição pública de ensino no debate socioambiental.

1.1. Questão de pesquisa

De que forma a análise da percepção socioambiental dos estudantes residentes na moradia estudantil da UFSCar pode colaborar na compreensão da efetividade das ações socioambientais promovidas institucionalmente?

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Realizar um levantamento de caráter socioambiental direcionado aos estudantes da Moradia Estudantil do campus São Carlos da Universidade Federal de São Carlos como forma de subsidiar discussões que dimensionem a percepção dos estudantes acerca do tema socioambiental e a efetividade das ações socioambientais desenvolvidas institucionalmente.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. A questão socioambiental no Brasil

Após a implantação do Código de Águas e do Código Florestal em 1934, primeiros marcos da preocupação ambiental no país, notou-se por volta da segunda metade do século XX, mesmo que de forma ainda tímida, a implantação de medidas e políticas públicas que viriam a pavimentar o caminho para as complexas discussões contemporâneas no Brasil.

Após as primeiras movimentações de preservação ambiental observadas no contexto internacional, constata-se, tardiamente no Brasil, a implantação de políticas ambientais elementares, ainda bastante influenciadas pela premissa de que a preocupação com a educação e preservação ambiental não poderia sobrepujar o desenvolvimento econômico nacional, sendo o meio ambiente ainda encarado como “fornecedor” do desenvolvimento. O período ditatorial é um exemplo bastante claro da valorização dos interesses econômicos em detrimento dos interesses socioambientais.

[...]as instituições governamentais de Educação no Brasil deveriam promover a EA, mas, diante do quadro político vigente desfavorável – vivíamos um regime ditatorial – e dos interesses econômicos dos países ricos, a EA foi vista como um processo de natureza revolucionária / subversiva e foi devidamente congelada. (DIAS, 2000, p. 12)

Em 1973, após as primeiras movimentações e participações brasileiras nas conferências ambientais internacionais, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), assumindo as discussões sobre legislação e ações de fiscalização e negociação.

A criação do SEMA foi seguida, em 1981, pela criação do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), integrado pelo CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), envolvendo entidades federais, estaduais, e municipais, além de organizações não governamentais. Já na segunda metade dos anos 80, os diversos órgãos governamentais encarregados das questões ambientais foram reorganizados em um único órgão federal, dando então origem ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Vale destacar aqui, a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegurou diversos avanços ambientais tais como a necessidade de licenciamento ambiental, regulado pelos conselhos competentes. A partir deste ponto foi possível notar uma maior preocupação em relação à questão socioambiental visando ao bem estar e à manutenção dos recursos naturais para as gerações futuras. Iniciou-se, então, um compromisso mais claro entre a Educação Ambiental (EA) e a sociedade civil, reafirmado durante a Conferência das Nações

Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), na qual se observou um caráter humanista que retrata a sustentabilidade também sob a ótica das comunidades menos favorecidas, alinhando diferentes conceitos antes estudados de forma independente, sendo os resultados da conferência reunidos na Agenda 21. Ao mesmo tempo, paralelamente à Rio 92 “oficial”, deu-se início à construção de um outro documento bastante significativo denominado Carta da Terra, esta, produzida durante o Fórum Global que reuniu diversas organizações não governamentais, especialistas e membros da sociedade civil num esforço mais crítico e combativo. Assim, tornou-se mais comum observar além do aumento de iniciativas socioambientais encabeçadas pela sociedade civil, o uso de conceitos como “Sustentabilidade” e “Desenvolvimento Sustentável”.

Sustentabilidade fundamentalmente significa: o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões. (BOFF, 2013, p. 14)

Esta visão de futuro nortearia mais tarde a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a aprovação da Lei de Crimes Ambientais. Assim, o Brasil passou a representar no cenário internacional um papel bastante ativo no que tange às questões ambientais, vindo a participar da conferência ambiental Rio +10, realizada desta vez em Joanesburgo (2002) e mais tarde da Rio +20, realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012.

Cabe ressaltar que a agenda ambiental global é imensamente diversificada e em grande parte regulada por acordos internacionais liderados por países desenvolvidos que possuem características e interesses particulares, distintos de países como o Brasil. Ainda é necessário que o Brasil reconheça seus problemas ambientais elementares e que organize uma agenda particular que priorize suas mazelas internas desde a base, solucionando demandas importantes que já não costumam estar presentes nas discussões globais.

3.2. Conceitos de Educação Ambiental

Ao longo das últimas décadas foi possível notar avanços significativos no campo da EA, com a realização de diversas conferências internacionais e maior exposição na mídia, possibilitando que as questões socioambientais, mesmo que de forma ainda incipiente, se fizessem mais presentes no cotidiano da sociedade. Mas, o que significa em realidade a educação ambiental? Segundo Sauv e (2005):

A educação ambiental não é, portanto, uma “forma” de educação (uma “educação para...”) entre inúmeras outras; não é simplesmente uma “ferramenta” para a resolução de problemas ou de gestão do meio ambiente. Trata-se de uma dimensão essencial da educação fundamental que diz respeito a uma esfera de interações que está na base do desenvolvimento pessoal e social: a da relação com o meio ambiente em que vivemos, com essa “casa de vida” compartilhada. A educação ambiental visa a induzir dinâmicas sociais, de início na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade, promovendo a abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais e uma compreensão autônoma e criativa dos problemas que se apresentam e das soluções possíveis para eles. (SAUVÉ, 2005, p. 317)

O conceito de EA conhecido do grande público tende a ser bastante simples, envolvendo apenas simples práticas de preservação pertencentes ao senso comum tais como a economia de água, energia elétrica, destinação correta do lixo e preservação das florestas e áreas verdes. Mas é bem simples constatar que a EA possui um caráter muito mais complexo, tendo a ver fundamentalmente com a relação do ser humano com o meio ambiente, com a forma como o encaramos, como é possível constatar no trecho que segue:

Educação Ambiental portanto é o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Assim, “Educação Ambiental” designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental. (BRASIL, 2004, p. 7)

Do ponto de vista tradicional, segundo Sauvé (2005), é importante observar alguns conceitos no processo de educar as rela es do indivíduo com o meio ambiente, de modo a compreender esta dinâmica e aplicar esta compreensão diretamente no processo de educa o ambiental. O quadro 1 apresenta algumas dessas compreensões de meio ambiente e retrata o quanto podem ser diversificadas.

Quadro 1 – Compreensões de meio ambiente

O meio ambiente - natureza	Compreende eliminar a barreira existente entre o ser humano e o meio ambiente enquanto natureza, exaltando o sentimento de pertencimento e vínculo
O Meio ambiente - recurso	Compreende o respeito ao ciclo dos recursos naturais, não a gestão dos recursos em si, mas a gestão da conduta do ser humano quanto aos recursos que teoricamente deveriam ser divididos entre todos
O meio ambiente - problema	Compreende assumir as agressões já consumadas ao meio ambiente, tomando consciência dos problemas e estimulando e estudo e aplica�o de a�es concretas para prevenir e remediar estas agressões
O meio ambiente - sistema	Compreende o entendimento do sistema como meio

	de decisão, reconhecendo a complexidade inerente ao meio ambiente e definindo o papel da sociedade dentro e como parte dele, permitindo assim agir de acordo com este entendimento
O meio ambiente – lugar em que se vive	Compreende o cotidiano da sociedade, estimulando que as ações de responsabilidade ambiental sejam tomadas inicialmente na comunidade onde se escolheu viver, visando o respeito à coletividade e ao meio ambiente
O meio ambiente – biosfera	Compreende tomar consciência da relação global de interdependência, priorizando a reflexão sobre o equilíbrio entre o meio ambiente e os diferentes modos de desenvolvimento da sociedade.
O meio ambiente – projeto comunitário	Compreende um projeto maior e muito mais colaborativo, que prioriza o diálogo e a comunicação, integrando saberes diversos visando a construção democrática de ações de prevenção e solução

Fonte: Adaptado de SAUVÉ (2005)

De início, fica claro que o conceito de EA é bastante complexo e de difícil implantação, uma vez que as relações estabelecidas entre o ser humano e o meio ambiente dependem de uma infinidade de fatores associados à cultura, região, religião, política, economia, dentre tantos outros. Este é um dos motivos pelos quais a EA pode ser ainda hoje tão simplificada e fragmentada, mesmo em ambientes mais propícios ao seu desenvolvimento, como as escolas e universidades.

Como resposta a essas barreiras e dificuldades, os estudos formais em EA evoluíram substancialmente, dando origem a ricas e diferentes vertentes e correntes de pensamento como grifa Sauvé (2005), figurando entre elas as vertentes naturalista, conservacionista, sist mica, holística, humanista, crítica, bio-regional, dentre tantas outras.

Neste ponto, para compreender os eventos inerentes às interações entre o meio ambiente e sociedade, é importante conhecer as principais tendências da EA, desde as mais formais e tradicionalistas até as mais informais e contemporâneas, sem considerar inicialmente uma ou outra como a “forma correta” de se pensar a educação ambiental, como pondera Sauvé (2005):

Finalmente, embora cada uma das correntes apresente um conjunto de características específicas que a distingue das outras, as correntes não são, no entanto, mutuamente excludentes em todos os planos: certas correntes compartilham características comuns. Esta sistematização das correntes torna-se uma ferramenta de análise a serviço da exploração da diversidade de proposições pedagógicas e não um grilh o

que obriga a classificar tudo em categorias rígidas, com o risco de deformar a realidade. (SAUVÉ, 2005 p. 1)

Apesar das inúmeras terminologias aplicadas no campo da EA, é possível apontar similaridades que possibilitem uma análise dos pontos comuns. Para tanto, convém utilizar as 3 principais macrotendências político-pedagógicas apontadas por Layrargues e Lima (2011) e retratadas a seguir no quadro 2.

Quadro 2 – Macrotendências da Educação Ambiental

A MACROTENDÊNCIA CONSERVACIONISTA

A macrotendência Conservacionista se expressa, sobretudo, por meio das correntes conservacionista, naturalista, da Alfabetização Ecológica e do Movimento Sharing Nature; atualizou-se desde a virada do século, ampliando-se sob outras expressões que vinculam a Educação Ambiental à “pauta verde”, como ecoturismo, trilhas interpretativas, biodiversidade, unidades de conservação, biomas específicos, escotismo e observação de aves, algumas dinâmicas agroecológicas e de senso percepção. Atualizou-se ainda mais recentemente, com as motivações educadoras presentes no âmbito dos esportes de aventura, via de regra praticado em ambientes naturais, quando não em áreas protegidas ou unidades de conservação. Apóia-se nos fundamentos científicos e princípios filosóficos da ecologia, a exemplo da Biomimetismo (Benyus, 1997), no pensamento ecossistêmico, na valorização da dimensão afetiva, em relação à natureza, no desenvolvimento humano e na mudança do comportamento individual, em relação ao ambiente baseada no pleito por uma mudança cultural que relativize o antropocentrismo, em direção ao ecocentrismo. Mantém relação com filosofia da natureza, ecologia profunda, eco-espiritualidade.

A MACROTENDÊNCIA PRAGMÁTICA

A macrotendência Pragmática abrange as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável; responde à “pauta marrom” por ser urbanoindustrial, antes focada no lixo, coleta seletiva e reciclagem dos resíduos, se amplia na virada do século para o Consumo Sustentável e atualmente converge com os temas da Mudança Climática e da Economia Verde. Apóia-se nas tecnologias limpas, ecoeficiência empresarial, sistemas de gestão ambiental, criação de mercados verdes (como o mercado de carbono), serviços ecossistêmicos, racionalização do padrão de consumo, impacto zero, criação de indicadores de sustentabilidade (como a “pegada ecológica”), entre outros. Mantém relação com Agenda 21, Ecodesign, arquitetura, urbanismo e administração sustentáveis, empregos verdes e ecotrabalho.

A MACROTENDÊNCIA CRÍTICA

A macrotendência Crítica abrange as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental, praticamente variações sobre o mesmo tema (Loureiro, 2012). A Ecopedagogia (Avanzi, 2004; Gadotti, 2000; Gutiérrez e Prado, 1999) é uma vertente que possui elementos que a aproxima dessa macrotendência. É a única das três macrotendências que declara explicitamente o pertencimento a uma filiação político-pedagógica. É importante frisar esse aspecto, porque esse pode ser um sintoma de que a posição na relação de poder dentro do Campo Social ocupada pela macrotendência Crítica seja mesmo de contra-hegemonia, pois via de regra,

sempre se demarca a diferença a partir da lógica do descontentamento em oposição ao poder dominante. Construída em oposição às vertentes conservadoras no início dos anos 90, é resultado da insatisfação com o predomínio de práticas educativas sempre pautadas por intencionalidades pedagógicas reducionistas, que investiam apenas em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudística, instrumental e normativa. Se nutre do pensamento Freireano, Educação Popular, Teoria Crítica, Marxismo e Ecologia Política. Por ter forte viés sociológico, introduz conceitos-chave como Política, Ação Coletiva, Esfera Pública, Cidadania, Conflito, Democracia, Emancipação, Justiça, Transformação Social, Participação e Controle Social, entre outros. Tem na intervenção político-pedagógica dos casos de Conflitos Socioambientais a sua identidade exclusiva em relação às macrotendências anteriores: é esse o “tema-gerador” por definição da Educação Ambiental Crítica, aquele que lhe é específico por natureza, pois lhe permite expressar sua lógica em total plenitude.

Fonte: Adaptado de LAYRARGUES & LIMA (2011)

A compreensão dessas macrotendências deixa claro que a propagação do termo Educação Ambiental de forma generalizada favorece uma compreensão ingênua e simplista sobre o tema, como se sua simples menção garantisse uma automática convergência de ideias e boas práticas socioambientais, assim como apresentado em Carvalho (2012):

A expressão “Educação Ambiental” passou a ser usada como termo genérico para algo que se aproxima de tudo o que pudesse ser acolhido sob o guarda chuva das “boas práticas ambientais” ou ainda dos “bons comportamentos ambientais. Mas mesmo assim, restaria saber: que critérios definiriam as tais boas práticas? Do ponto de vista de quem são boas? Será que estamos interessados em formar comportamentos corretos ou atitudes ecológicas diante do mundo? Com base em que concepção de meio ambiente certas práticas sociais estariam sendo classificadas como ambientalmente adequadas ou inadequadas? (CARVALHO, 2012, p. 153)

Neste ponto, melhor se presta aos objetivos deste estudo a macrotendência crítica, de caráter sociológico, que busca analisar a origem das problemáticas ambientais no sentido de questionar as ações dos atores envolvidos em tais problemáticas do ponto de vista de suas motivações, intenções, valores, posicionamento político, relações de poder, dentre outros. Esta vertente da EA se destaca pelo seu caráter crítico, que estimula confrontar não apenas as definições e convenções arraigadas impostas pelo senso comum, mas também os próprios conceitos de EA.

Nesta vertente mais contemporânea, vale considerar que é fundamental observar o encontro entre o ambiental e o educacional como um reflexo do mundo social, que trata das questões reais da sociedade ao mesmo tempo em que tenta compreendê-las utilizando os mais diversos tipos de conhecimento, reconhecendo a crise ambiental vigente assim como as divergências de ponto de vista e disputas de poder entre os diferentes grupos sociais interessados.

Exemplo importante deste tipo de movimento foi o Fórum Global, que ocorreu paralelamente à Eco 92 e que contou com a participação de diversas organizações não governamentais e sociedade civil. Deste movimento surgiu a primeira versão da Carta da Terra, importante documento que recebeu mais tarde a colaboração de milhares de pessoas até o lançamento de sua versão final no Palácio da Paz em Haia.

No sentido desta pesquisa, foram valorizadas as práticas culturais relacionadas à instituição em questão, julgando que é neste ambiente onde dia a dia se dá o encontro entre os usuários e a natureza, sendo o mesmo ambiente em que desenvolvem sua maneira de se relacionar com o meio que frequentam.

O que une essas novas perspectivas da EA que diametralmente rompem com o modelo convencional, é a hipótese de que só será possível proteger a natureza se, ao mesmo tempo, se transformar a sociedade, pois apenas reformá-la não seria suficiente (LAYRARGUES, 2012). Dada a ineficiência e ingenuidade do modelo tradicional, se faz necessário colocar em prática um conceito de EA mais combativo, atendendo à uma dinâmica social que exige a construção de espaços democráticos de participação, enfrentamento e negociação.

Assim, no que se refere às discussões desta pesquisa, priorizaremos um conceito de EA crítico, social, que desconsidera o “adestramento” praticado hoje na área de EA, uma vez que tomar os indivíduos apenas em sua dimensão racional consciente implica reduzir a noção de sujeito à de um ego individual (CARVALHO, 2012), como vemos também em Layrargues (2012):

Na medida em que a Educação Ambiental se afasta do seu potencial crítico, cristaliza-se no senso-comum do que venha a ser essa prática educativa, a concepção de que ela realmente seja importante para a instauração da cultura da sustentabilidade; embora, do ponto de vista crítico, esse papel social esperado para a Educação Ambiental seja simplista e ingênuo, porque, na ausência ou na superficialidade da análise crítica do sistema, assume um projeto societário reformista totalmente em sintonia com o processo civilizatório liberal e conservador. (LAYRARGUES, 2012 p. 399)

3.3. Educação Ambiental no Brasil

Os primeiros passos para a institucionalização da EA no Brasil datam de 1981, com a criação da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que determinou a necessidade de inclusão da EA em todos os níveis de ensino, o que foi reforçado mais tarde na Constituição Federal de 1988. Sob influência da Rio 92 e da criação do MMA, a EA avançou com a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) em 1994 e com a inserção

da temática ambiental nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) destacando importantes aspectos como interdisciplinaridade, transversalidade e cidadania.

Mais recentemente foram instituídas as duas principais políticas conhecidas, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) em 1999 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, em 2012. Regulamentada pelo Decreto nº 4.281 em 2002, a PNEA entende a educação ambiental como:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

O conceito de universalização da EA proposto pela PNEA é um fator a ser observado, dado que garantiria lugar de discussão para as questões ambientais, tratando o tema como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999).

Da mesma forma, as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental vêm ressaltar a importância da educação ambiental, chamando a atenção para a necessidade de primar pelos princípios estabelecidos na PNEA e estabelecendo que:

Art. 12. A partir do que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, são princípios da Educação Ambiental:

- I - totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;
- II - interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;
- III - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- IV - vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;
- V - articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais; VI - respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária. (BRASIL, 2012)

A intenção desta política, em linhas gerais, é fazer da EA um fator determinante no processo de construção do indivíduo e de suas relações com o meio ambiente, respeitando-se o contexto social, cultural, político, etc, em busca de uma formação abrangente e crítica que crie o sentimento de pertencimento.

Igual relevância possuem as iniciativas de EA não formais, que no Brasil são tão plurais quanto possível. Mais recentemente nota-se um aumento significativo no número de instituições não governamentais, empresariais e sociedade civil envolvidas em ações educativas de cunho socioambientais, o que por consequência acaba por gerar uma aproximação entre os conflitos ambientais e sociais. Exemplo destas ações é a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), surgida na Jornada Internacional de Educação Ambiental durante o Fórum Global paralelo à Rio-92, atuante desde então no estímulo à articulação continuada entre os mais diversos coletivos e iniciativas regionais de forma a criar um emaranhado que contemple o debate entre educadores ambientais em caráter nacional.

Do ponto de vista desta pesquisa vale lembrar que a complexa realidade universitária atualmente contempla o debate ambiental de forma jamais vista anteriormente; debate este que busca alcançar não só as instâncias organizacionais mais relevantes, mas a comunidade acadêmica como um todo, assim como apontam Silva e Marcomin (2009):

É de esperar também que o processo de sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância da sustentabilidade ambiental – uma temática que permeia a diversidade de disciplinas e práticas acadêmicas – seja acompanhado de uma gestão adequada, com plena cooperação entre as diversas instâncias e órgãos institucionais, entre decisores e funcionários, docentes e discentes. (SILVA e MARCOMIN, 2009 p. 106)

Dessa forma, percebe-se que no Brasil os preceitos generalistas de EA ainda podem ser bastante tradicionalistas e ingênuos, mas que, ainda assim, caminham através de novos estudos e iniciativas que possibilitam pouco a pouco a formação de um sujeito mais crítico que seja capaz de perceber a sociedade e a natureza sob outras óticas e dimensões que não a do conservadorismo puro e simplista.

3.4. A UFSCar e a questão socioambiental

Para que um campus universitário opere satisfatoriamente é necessária uma infraestrutura eficiente que envolva locomoção, transporte, manutenção de áreas verdes e urbanas, fornecimento de rede de esgoto, energia elétrica, água, gás, dentre tantas outras necessidades.

Considerando também a quantidade de pessoas que frequenta diariamente este ambiente, é possível estimar que o impacto ambiental seja bastante significativo e constantemente agravado caso não sejam tomadas medidas que visem a minimizar os impactos de suas atividades. Desta forma, é imprescindível que as universidades atuem na

criação e aplicação de medidas que mantenham sua funcionalidade aliada a boas práticas ambientais que preservem tanto o bem-estar da sociedade quanto o do meio ambiente em questão, gerando no indivíduo, na melhor das hipóteses, um sentimento de pertencimento, que o levaria a participar naturalmente do processo de preservação e cuidados.

Na atualidade, a universidade é conclamada pela sociedade de maneira geral a responder e acenar com reflexões, soluções e ações concretas de sustentabilidade, fazendo uso de sua vocação educacional e servindo como exemplo positivo para diversos setores da sociedade. Mais do que educar para a sustentabilidade e formar estudantes, profissionais e professores conscientes da temática socioambiental, a universidade assume hoje uma função global que extrapola seus muros e atinge além de seus colaboradores e frequentadores, também a comunidade externa.

Ao mesmo tempo, muitos são os rivais deste processo, como os cortes no orçamento e direcionamento de verbas, falta de informação ou interesse, burocracia, barreiras acadêmicas e culturais, dentre outros inúmeros fatores. Enquanto organização, é importante que a universidade tome ciência dessas barreiras e atue de forma a encontrar caminhos que possibilitem que os avanços na área ambiental continuem a atingir a sociedade de forma cada vez mais abrangente.

Oficialmente, a preocupação institucional da Universidade Federal de São Carlos com a questão socioambiental data do início dos anos 90 quando da criação do Programa de Atividades Agro-ecológicas (PAE), que possuía por objetivo cuidar da gestão dos recursos naturais de uma forma geral, respeitando as diretrizes do Código Florestal Brasileiro, promovendo inicialmente a conservação das áreas verdes e o uso consciente dos espaços.

Desta preocupação, nasceu em 1993 a Coordenadoria Especial para o Meio Ambiente (CEMA), que ampliaria a área de atuação institucional na área ambiental, implantando novas políticas de conservação das áreas verdes e iniciando projetos de educação ambiental, além de atuar em programas de gestão de resíduos e de uso racional dos espaços e energia.

Com a expansão da UFSCar, a atuação da CEMA se tornou cada vez mais necessária, atuando na preservação e recuperação das áreas de cerrado e de Reserva Legal, controle da qualidade do solo e replantio de espécies nativas.

Cabe ressaltar que a preocupação da UFSCar com a questão ambiental figura também em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de modo a enfatizar a sustentabilidade em seu caráter ambiental e social, trazendo à tona a importância da participação da sociedade na construção de um ambiente sustentável e saudável; assim surgiram a Unidade de Gestão de Resíduos (UGR) e o Programa de Educação Ambiental (PEAm).

Em 2013, a CEMA foi substituída pela Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS), que viria a ter um papel de destaque no que tange ao planejamento e implantação de ações de caráter ambiental na UFSCar. Para tanto, foram propostas novas formas de organização, transformando a UGR no Departamento de Gestão de Resíduos (DeGR), a PEAm no Departamento de Apoio a Educação Ambiental (DeAEA) e criando o Departamento de Gestão de Áreas Verdes, Biodiversidade e Agroambientes (DeGABA). Assim a SGAS possui como principais atividades:

O planejamento, a coordenação e monitoramento das atividades da universidade que tenham interações com o componente ambiental, incluindo o controle, a correção e a prevenção de problemas ambientais, incluindo incentivos e restrições (normatização) ao uso de espaços ou atividades que causem problemas ambientais, em co-gestão com todos os setores da universidade. Nesse sentido, visa propiciar o aumento contínuo do respeito ao meio ambiente, ampliando a percepção de sua inter-relação com a qualidade de vida. (SGAS. Relatório de Gestão 2012-2016. São Carlos, 2016. p. 6)

Neste momento, é importante ressaltar os principais objetivos da SGAS, uma vez que se constituem nos parâmetros que nortearão a maioria das ações relacionadas à manutenção e preservação ambiental dentro da UFSCar. Assim, o Quadro 3 ilustra estes objetivos de forma geral, demonstrando uma gama de atuação que busca trabalhar em diversos aspectos e áreas diferentes

Quadro 3 – Principais objetivos da Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade

-
- a)** Atuar no planejamento, na coordenação e no monitoramento das atividades da Universidade que tenham interações com o componente ambiental;
-
- b)** Atuar no controle, na correção e na prevenção de problemas ambientais, em co-gestão com os demais setores da Universidade;
-
- c)** Propor normas e outros instrumentos que tratem de incentivos e de restrições ao uso de espaços ou atividades que possam causar problemas ambientais;
-
- d)** Desenvolver junto à comunidade a Política Ambiental para a UFSCar, traduzindo de forma explícita como a Universidade pretende atingir seus objetivos
-

ambientais e de sustentabilidade.

e) Elaborar, em conjunto com os demais departamentos, unidades e setores administrativos da UFSCar, um plano de gestão ambiental vinculado a um Sistema de Gestão Ambiental, definir objetivos e metas e avaliar continuamente sua performance;

f) Prestar serviços de apoio ao processo de planejamento e gestão ambiental dos diferentes setores da UFSCar, a partir da implementação do sistema de gestão com geração de indicadores qualitativos e quantitativos para o estabelecimento de metas ambientais;

g) Definir claramente as responsabilidades ambientais de cada um dos setores da Universidade;

h) Divulgar interna e externamente a política ambiental, seus objetivos e metas e as responsabilidades de cada um na comunidade acadêmica;

i) Auxiliar na obtenção dos recursos adequados necessários ao desenvolvimento das metas ambientais;

j) Ambientalizar, educar e trabalhar de forma participativa com a comunidade acadêmica;

k) Capacitar o pessoal envolvido direta e indiretamente na gestão ambiental dos campi;

l) Monitorar (acompanhar) a situação ambiental dos campi da UFSCar e realizar auditorias e relatórios de sustentabilidade;

m) Acompanhar e conduzir a evolução da discussão sobre a questão ambiental e propor alternativas e soluções para problemas ambientais;

n) Contribuir para o desenvolvimento de programas ambientais da comunidade acadêmica e fomentar a pesquisa e a inovação aplicados à área ambiental;

o) Definir normas, regras e procedimentos ambientais gerais e em conformidade com as especificidades dos diferentes setores da universidade;

p) Auxiliar na conciliação dos diferentes interesses existentes na comunidade acadêmica e externa no que se refere a questões com interface ambiental;

q) Exercer outras atividades inerentes à sua finalidade.

Fonte: Adaptado de SGAS. Relatório de Gestão 2012-2016. São Carlos, 2016.

A fim de possibilitar que uma universidade multicampi do porte da UFSCar possua uma gestão ambiental forte e atuante, foi necessário estabelecer as instâncias gestoras e executivas da SGAS, compostas pelo Conselho Consultivo, Secretaria Geral (SG), Secretaria Executiva (SE), Divisão de Planejamento e Gestão Ambiental (DiPGA), Departamento de

Apoio a Educação Ambiental (DeAEA), Departamento de Gestão de Áreas Verdes, Biodiversidade e Agroambientes (DeGABA), Departamento de Gestão de Resíduos (DeGR), Seção de Gestão Ambiental e Sustentabilidade do campus Sorocaba (SeGAS-S), Seção de Gestão Ambiental e Sustentabilidade do campus Araras (SeGAS-Ar) e pela Seção de Gestão Ambiental e Sustentabilidade do campus Lagoa do Sino (SeGAS-LS).

Para fins de ilustração, o Anexo 1 apresenta a estrutura organizacional da SGAS e como a mesma se divide num espaço organizacional tão complexo como a UFSCar. Estando aclarada a divisão organizacional dessa secretaria, é possível focar então em suas principais atribuições e áreas de atuação dentro da UFSCar, tornando possível entender melhor os objetivos que se buscam alcançar com a implantação de um órgão ambiental dessa relevância.

Os diversos departamentos e divisões buscam atuar nas áreas de Gestão Ambiental, desenvolvimento de normas, diretrizes e políticas socioambientais, suporte e acompanhamento de ações ambientais, ocupação racional dos espaços, desenvolvimento de programas e ações de educação ambiental junto à comunidade interna e externa, visando a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade em seus mais diversos aspectos, como a conservação das áreas verdes, da biodiversidade e dos recursos hídricos, a manutenção de viveiro de mudas próprio, a gestão de licenças e compensações ambientais, a gestão geral da UGR, o controle de utilização e descarte de produtos e resíduos tóxicos ou perigosos e a capacitação quanto à destinação correta de resíduos não usuais, além de zelar pela visibilidade das questões ambientais dentro e fora do contexto universitário.

Em suma, é papel da SGAS atuar de forma proativa e colaborativa, firmando parcerias e reunindo as demandas ambientais de todos os campi a fim de estabelecer estratégias de planejamento e desenvolvimento, colocando em prática ações ambientais que possibilitem o bem-estar do meio ambiente e da comunidade. Exemplo dessas ações é a coleta seletiva, que tem suas raízes na UFSCar desde 1994. O projeto possibilitou nos últimos anos, a instalação de contentores de resíduos recicláveis azuis em diversos pontos do campus, além da distribuição dos coletores amarelos menores destinados ao descarte seletivo (metais, plásticos e vidros) e dos coletores de papelão, destinados ao descarte de papel. O uso correto destes coletores foi objeto de ação de educação ambiental em todo o campus, tendo sido realizada capacitação e conscientização envolvendo toda a comunidade, interna e externa.

No que toca aos objetivos desta pesquisa em especial, cabe ressaltar no Quadro 4 o papel do Departamento de Apoio à Educação Ambiental, que possui as seguintes atribuições:

Quadro 4 – Atribuições - Departamento de Apoio à Educação Ambiental

Planejar e coordenar atividades visando a sensibilização da comunidade universitária para as questões ambientais;

Promover o uso de espaços educadores internos e externos à UFSCar para a difusão da Educação Ambiental;

Promover a formação de monitores/monitoras, principalmente alunos/alunas de graduação da UFSCar, com vistas a atuação na área de Educação Ambiental;

Promover e difundir vídeos, textos, cartazes e outros instrumentos de divulgação com vistas à Educação Ambiental;

Promover a formação continuada de professores de ensino infantil, fundamental e médio na temática ambiental.;

Planejar atividades com estudantes de ensino fundamental e médio através de cursos, visitas, mini-projetos etc.;

Outras atribuições determinadas pela Administração e/ou necessárias para o desenvolvimento das atividades do Departamento.

Fonte: Adaptado de <http://www.sgas.ufscar.br> (2017)

Buscando alcançar resultados de forma colaborativa, o DeAEA firmou parceria com algumas das iniciativas socioambientais presentes dentro do âmbito universitário. Como exemplos podemos citar alguns dos projetos mais conhecidos do público da UFSCar tais como o “Projeto Canecas”, idealizado em 2003 pelo Grupo Ambiental Ipê Amarelo (GAIA) e que hoje conta com a parceria do Grupo de Incentivo à Redução, Reutilização e Reciclagem (GIRE³) e da Empresa Júnior do Departamento de Biologia (EMABio). O projeto visa à inserção da caneca plástica no cotidiano do estudante, seu uso no restaurante universitário e demais espaços de convivência universitária, substituindo o uso de copos descartáveis por uma opção sustentável. A estratégia utilizada é a entrega das canecas aos estudantes calouros no início do semestre letivo em uma palestra de conscientização, que permite apresentar os objetivos do projeto e a importância de manter diariamente ações sustentáveis dentro e fora do contexto universitário.

Bastante conhecidos da comunidade universitária são também os projetos “Trilha da Natureza”, que visa a contribuir na formação dos estudantes da UFSCar e comunidade externa através de visitas monitoradas a trilhas em vegetação nativa, desenvolvendo no indivíduo a cultura da preservação ambiental, e o projeto “3Rs na Escola”, atualmente coordenado pelo Grupo de Incentivo a Redução, Reutilização e Reciclagem (GIRE³) e que visa a despertar a

responsabilidade ambiental de alunos de escolas públicas e particulares, demonstrando a prática cotidiana dos 3 R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) através de ações como palestras, teatro e rodas de discussão.

O Grupo PET (Programa de Educação Tutorial) – AMBIENTAL também possui hoje uma atuação bastante relevante. Buscando promover a ampla formação dos estudantes do curso de bacharelado em Gestão e Análise Ambiental e da UFSCar de forma geral, o grupo atua em atividades interdisciplinares de temática ambiental, sendo algumas de suas propostas apresentadas no Quadro 5:

Quadro 5 – Propostas PET - AMBIENTAL

Círculo de Estudos em Gestão Ambiental aberto aos estudantes, docentes e funcionários da UFSCar;

Preparo da Semana de Estudos em Gestão e Análise Ambiental;

Promoção periódica de eventos científicos, palestras e minicursos voltados à universidade e a comunidade;

Promoção periódica de atividades de jogos de papéis, júris simulados e improvisação teatral em temáticas da gestão ambiental;

Parceria técnico-científica com órgãos públicos, privados e de terceiro setor;

Participação no Circo da Ciência da Universidade Aberta da UFSCar;

Iniciação Científica em Gestão e Análise Ambiental;

Promoção de mostra de filmes e documentários sobre a temática ambiental;

Pesquisa sobre metodologias de ensino-aprendizagem e desenvolvimento de linguagens para extensão em ciências ambientais.

Fonte: Adaptado de <http://www.petambiental.ufscar.br/> (2017)

Uma outra iniciativa bastante relevante é o ENACTUS, uma organização sem fins lucrativos que propaga a ideia de empreendedorismo social buscando melhorar a qualidade de vida da sociedade respeitando os pilares Econômico, Ambiental e Social. Através do empoderamento das populações de seus locais de atuação, a organização desenvolve ações importantes como o projeto Elos, que visa a tornar um hábito o descarte correto do óleo usado, destinando o material à produção de sabão artesanal em suas áreas de atuação. Desenvolve também o projeto CaronaSIM que objetiva tornar frequente e reconhecida a prática de oferecer e pedir caronas, visando a integração social, a economia de dinheiro,

recursos e combustível. Também de autoria do Enactus, o projeto Muda atua de forma direta com a comunidade externa, transformando terrenos utilizados irregularmente para descarte de lixo em hortas orgânicas, permitindo que as comunidades tenham acesso a hortaliças orgânicas frescas e de boa qualidade por um valor justo.

Merece destaque também o projeto de Ambientalização Curricular do Ensino Superior - Rede ACES, constituída em 2002 por 11 universidades de 7 diferentes países, entre elas a UFSCar. O projeto parte de um quadro teórico base a partir do qual cada instituição trabalhou sua ambientalização curricular de forma a respeitar sua própria identidade, inicialmente avaliando o grau de ambientalização curricular, promovendo intervenções práticas e propagando os mecanismos de ambientalização entre outras instituições de ensino. O projeto resultou em diversas produções científicas relevantes como revelam Freitas e Oliveira (2004), promovendo o fortalecimento das linhas de pesquisa da área (na UFSCar se deu a incorporação da EA na linha de pesquisa Ensino de Ciência e Matemática do Programa de Pós-Graduação em Educação), além de eventos, fóruns e conferências de abrangência internacional (Organização do II Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental em 2003 pelas universidades UNESP (Universidade Estadual de São Paulo) e UFSCar-BRASIL e Organização da Mesa-redonda “Educação Ambiental e Ambientalização das Atividades Universitárias”, proferida na I Conferência do Meio Ambiente, realizada na Universidade Federal de São Carlos em 2002).

A UFSCar conta ainda com o Departamento de Ciências Ambientais (DCAm), criado em 2012 a partir do desmembramento do Departamento de Hidrobiologia. É responsável pelo curso de Bacharelado em Gestão e Análise Ambiental, além de ofertar disciplinas também para outros cursos de graduação em toda a UFSCar. Conta ainda com o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCAM), oferecendo cursos de mestrado e doutorado que buscam trabalhar com a utilização de abordagens interdisciplinares relativas às questões e desafios socioambientais, como pode ser observado no Quadro 6:

Quadro 6 – Proposta de atuação PPGCam

A formação no PPGCAM envolve a aprendizagem de forma autônoma e crítica, visando contribuir ao desenvolvimento científico e tecnológico, estando o egresso habilitado a:

- diagnosticar e resolver problemas ambientais;

- produzir novos conhecimentos;

- contribuir para o desenvolvimento de práticas sustentáveis;

-
- realizar pesquisa independente, avançada e original;
-
- identificar novas áreas de atuação profissional;
-
- propor soluções criativas para as questões e os desafios ambientais.
-

Fonte: Adaptado de <http://www.ppgcam.ufscar.br> (2017)

Finalmente, é fundamental citar aqui o perfil do profissional a ser formado na UFSCar, que teve sua elaboração iniciada em 1998 visando a inovação curricular dos cursos de graduação. O documento alerta para a acelerada destruição da natureza, evidenciando a existência e a iminente proximidade dos limites suportáveis pelos ecossistemas. Alerta também para a complexidade que envolve a problemática socioambiental, destacando os pontos fundamentais no processo de formação do aluno, como é possível constatar no Quadro 7:

Quadro 7 - Pontos fundamentais no processo de formação do aluno constantes no Perfil do profissional a ser formado na UFSCar

-
- Respeitar a vida
-
- Adquirir consciência do valor da biodiversidade
-
- Inserir o homem no ambiente
-
- Compreender as exigências para a sua sobrevivência, junto aos demais seres vivos e o ambiente físico
-
- Compreender a relação homem-ambiente-sociedade, incluindo a reflexão sobre impactos ambientais do desenvolvimento tecnológico e sobre as consequências dos avanços biotecnológicos
-
- Entender as relações entre os tipos de organização social e o ambiente
-
- Identificar problemas ambientais; propor soluções viáveis e desenvolver hábitos de preservação
-
- Avaliar o impacto de suas ações no ambiente e ter clareza da responsabilidade do ser humano em sua interferência na natureza
-
- Ter ética na aplicação da engenharia genética
-
- Conhecer e respeitar a legislação ambiental
-

-
- A necessidade da articulação entre conhecimentos de diferentes naturezas para compreender a complexidade dos problemas
-
- A relação íntima entre qualidade ambiental e cidadania
-
- A exigência cada vez maior de uma ação informada na administração e no gerenciamento dos problemas ambientais, pelas questões complexas e conflituosas que envolvem
-

Fonte: Adaptado de Perfil do profissional a ser formado na UFSCar

Assim, conclui-se que são diversas as ações e iniciativas socioambientais presentes com maior ou menor relevância dentro do contexto da UFSCar, e seu levantamento é de fundamental importância para a análise e compreensão dos resultados obtidos mediante o preenchimento dos questionários pelos voluntários que se prestaram a colaborar nesta pesquisa.

Embora seja reconhecida a existência de diversas ações e iniciativas sociambientais não formais de igual relevância, estas não são parte dos objetivos desta pesquisa, portanto não serão mencionadas neste capítulo.

4 METODOLOGIA

4.1. Tipificação e descrição da pesquisa

Esta pesquisa possui fundamentação descritivo/exploratória a fim de possibilitar uma compreensão satisfatória da percepção dos residentes da moradia estudantil do campus São Carlos da UFSCar acerca das ações de cunho socioambiental desenvolvidas institucionalmente e da efetividade dessas ações dentro do ambiente alvo. Para Gil (1999):

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. (GIL, 1999, p. 43)

A opção por este tipo de abordagem se justifica por sua vocação em analisar comportamentos inexatos e não quantificáveis, permitindo um detalhamento que favorece a compreensão do contexto em sua totalidade. Dessa forma, os dados coletados possuirão natureza qualitativa, que segundo Gerhardt e Silveira (2009), não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

Estas escolhas objetivam identificar a percepção dos residentes da moradia estudantil do campus São Carlos da UFSCar acerca das ações de cunho socioambiental desenvolvidas no contexto universitário. A escolha dos estudantes residentes da moradia estudantil como sujeitos de pesquisa se deu pelo fato de os mesmos possuírem vivência integral dentro do ambiente universitário, sendo capazes, portanto, de opinar com maior propriedade que um estudante que frequenta a universidade apenas nos horários em que possui atividades acadêmicas.

Inicialmente foi realizado um levantamento e análise de bibliografia referente ao tema de pesquisa utilizando os recursos existentes, tais como a Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos e internet, além de levantamento e análise dos dados referentes à moradia estudantil presentes nos relatórios disponibilizados pela Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da UFSCar. Foi necessário protocolar também junto a ProaCe uma solicitação de autorização para aplicação de questionário aos residentes da moradia estudantil, solicitação esta que foi prontamente atendida, possibilitando que o projeto fosse posteriormente inserido e aprovado na plataforma de Comitê de Ética da UFSCar.

Através do acesso a relatórios institucionais públicos, sites e contatos com os órgãos e iniciativas responsáveis, foi então realizado um levantamento geral dos equipamentos

voltados à gestão socioambiental dentro da Universidade Federal de São Carlos, assim como as ações e iniciativas propostas ou implementadas no intuito de promover a educação ambiental institucional ou extra-institucionalmente. Foram efetuados também contatos virtuais com diversas iniciativas de cunho socioambiental identificadas no meio universitário a fim de possibilitar o recolhimento de informações mais atualizadas sobre as ações desenvolvidas por estas iniciativas.

De posse desses dados, foi possível então elaborar um questionário visando entrevista direcionada aos residentes da moradia estudantil interna da UFSCar a fim de obter os dados já mencionados que possibilitem alcançar os objetivos propostos. Assim, foi aplicado aos 50 sujeitos de pesquisa que se voluntariaram ao estudo, um questionário estruturado contendo 12 questões (apêndice 1) que indagam sobre sua percepção acerca das questões socioambientais que permeiam o ambiente universitário. Ao mesmo tempo, foi realizada uma visita ao complexo de moradias estudantis da UFSCar a fim de melhor compreender o contexto e o funcionamento do ambiente em questão. Esta visita contou com o acompanhamento de membros da comissão de moradia, uma iniciativa criada de forma espontânea e pelos próprios moradores.

A coleta de dados foi então analisada e discutida levando-se em consideração todo o referencial teórico apresentado, além de outras publicações disponíveis dentro da temática ambiental e de dados e informações disponíveis nos sites e relatórios institucionais oferecidos pela UFSCar. Desta forma, espera-se que o material documentado possibilite uma contribuição institucional positiva, de maneira a utilizar o conhecimento obtido para subsidiar debates e estratégias para implantação de políticas institucionais mais efetivas.

4.2. Local de estudo

A UFSCar é reconhecida no cenário nacional por sua preocupação em desenvolver e manter políticas e ações voltadas à permanência e assistência estudantil, priorizando a qualidade e empreendendo esforços no processo de democratização do ensino superior no Brasil.

Nos últimos anos as mudanças e transformações sociais expuseram demandas antes desconhecidas da comunidade universitária, exigindo assim uma adequação mais dinâmica dos órgãos responsáveis no que tange ao pronto atendimento destas demandas.

Neste sentido, no ano de 2009 foi criada na UFSCar a Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) em substituição à Secretaria de Assuntos Comunitários (SAC), alicerçando a dedicação institucional em estabelecer medidas de assistência e

permanência estudantil cada vez mais robustas. Após a implantação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), também em 2009, os recursos destinados à área de assistência estudantil passaram a ser disponibilizados diretamente às universidades, simplificando e impactando positivamente a gestão, planejamento e atendimento das demandas estudantis. Seus objetivos são demonstrados em seguida no quadro 8:

Quadro 8 - Objetivos da ProACE visando o atendimento ao Programa Nacional de Assistência Estudantil

-
- a) Elaborar e implementar políticas de Assistência Estudantil na UFSCar que possibilitem a igualdade de oportunidades em relação ao exercício das atividades: acadêmica, política e cultural.
-
- b) Institucionalizar e implementar ações que promovam a permanência dos estudantes, prioritariamente, os de baixa renda familiar, contribuindo para a redução dos índices de retenção e evasão.
-
- c) Avaliar periodicamente as ações implementadas para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade, para redirecionamento, se necessário, dos investimentos realizados;
-
- d) Estudar o impacto dos investimentos governamentais na permanência e conclusão dos cursos de graduação de estudantes em situação de vulnerabilidade social na UFSCar.
-

Fonte: Adaptado de ProACE. Relatório Gestão 2012-2016 - Transição de Gestão. UFSCar, São Carlos, 2016.

A ProACE, ciente das novas demandas e crescente comunidade universitária, através dos anos empreendeu esforços na ampliação da capacidade de atendimento à comunidade estudantil dos cursos presenciais de graduação, priorizando o desenvolvimento e investimento em importantes áreas como alojamento estudantil, alimentação, bolsas/auxílios assistenciais e Restaurante Universitário. Aqui cabe aclarar que para a pesquisa em questão é importante detalhar a relevância do local de pesquisa, bem como sua posição e funcionamento dentro do organograma da ProACE (Anexo 2).

4.2.1. A Seção de Moradia – SeM

A Seção de Moradias pertence atualmente à Divisão de Assistência Social (DiAS), sendo “a unidade responsável pela gestão dos espaços atribuídos aos alunos com bolsa moradia vaga; dos bens e equipamentos patrimoniados alocados nestas unidades, bem como, o controle de acesso dos bolsistas e visitantes, organização dos moradores e zelo pelo bom convívio social, de forma a garantir qualidade de vida entre seus moradores.” (ProACE. Relatório Gestão 2012-2016)

Existe uma grande e variada oferta de moradia a estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica, tais como Bolsa Moradia Vaga, que corresponde a vagas na moradia estudantil dentro do Campus São Carlos e residências alugadas também em São Carlos, a Bolsa Moradia em Espécie correspondente ao valor de R\$300,00 (trezentos reais) mensais como ajuda de custo para pagamento de aluguel, e Bolsa Moradia Mãe/Pai correspondente ao valor de R\$500,00 (quinhentos reais) destinados a estudantes gestantes a partir do sétimo mês de gravidez até que as crianças atinjam cinco anos de idade.

De acordo com o último levantamento disponibilizado, a Seção de Moradias em São Carlos é responsável pela gestão de 72 apartamentos, divididos em sete edifícios, além de 13 moradias externas, totalizando uma ocupação de 668 bolsistas-moradia-vaga. Estão disponíveis nas unidades da moradia estudantil geladeiras, fogões, mesas e cadeiras, filtro e colchões, além de suprimento de gás e instalações de água e energia elétrica. O Quadro 9, a seguir, apresenta a progressão das vagas e sua ocupação de 2012 a 2016.

Quadro 9 - Bolsa Moradia vaga, por campus (2012-2016*)

Campus	2012	2013	2014	2015	2016
São Carlos	564	556	527	581	592
Araras	22	19	31	33	24
Sorocaba	62	67	62	68	71
Lagoa do Sino	-	-	-	-	-
Total	648	642	620	682	687

Fonte: SeM/ProACE. Data da Coleta 2012 a 2015: Dez/2015. *2016 coleta 31/07/16

Fonte: Adaptado de ProACE. Relatório Gestão 2012-2016 - Transição de Gestão. UFSCar, São Carlos, 2016.

Os dados provenientes do relatório de transição da ProACE revelam um aumento considerável de vagas de bolsa moradia desde 2014, se estendendo até 2016. O pequeno decréscimo no número de bolsas de 2012 a 2013 é atribuído ao aumento no número de solicitações de bolsa moradia no formato de bolsa em espécie. De 2014 a 2016 foi notado um crescimento de aproximadamente 11% (de 527 para 592 vagas), efeito de uma reorganização visando à otimização da ocupação dos apartamentos.

Os estudantes alvo desta pesquisa foram contemplados com a bolsa moradia e residem nos apartamentos localizados dentro do Campus São Carlos da UFSCar. Estão, portanto, bastante familiarizados com os diversos equipamentos da universidade, que se encontram

localizados nos mais diversos pontos do espaço universitário. São equipamentos como o restaurante universitário, quadras poliesportivas, edifícios de aulas teóricas, biblioteca comunitária, edifícios administrativos, dentre outros. O deslocamento diário e atividades exigidas pelo cotidiano universitário somado ao fato de grande parte do tempo não acadêmico do estudante ser passado também dentro do espaço universitário (moradia estudantil) acabam credenciando este público a opinar de forma bastante ativa nos assuntos que envolvem o ambiente universitário das mais diversas formas.

Desta forma, acreditamos estar demonstrada a relevância do campo de pesquisa, levando em conta o fato de que os estudantes residentes da moradia estudantil da UFSCar acabam por conviver de forma muito mais intensa dentro do ambiente universitário, podendo contribuir de forma significativa com os objetivos deste estudo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Análise do levantamento

Após extensa pesquisa bibliográfica e levantamento das ações socioambientais presentes na Universidade Federal de São Carlos, foi possível elaborar um questionário capaz de prover informações pertinentes aos objetivos deste estudo. O questionário foi aplicado de forma válida a 50 colaboradores voluntários residentes na moradia estudantil da Universidade Federal de São Carlos e contém 7 questões de múltipla escolha e 6 questões dissertativas, disponíveis no apêndice 1.

Inicialmente, foi mapeado o gênero autodeclarado, a idade e o curso dos participantes, sendo notado um ótimo equilíbrio e abrangência nesta amostragem. Responderam ao questionário 50 voluntários com idade variando de 18 a 38 anos, sendo que destes, 30 declararam gênero feminino e 20 declararam gênero masculino. Os cursos declarados pelos participantes foram bastante diversificados, compreendendo 28 dos 33 cursos oferecidos presencialmente pela UFSCar. Após a análise de dados, constatou-se que o número de participantes não ultrapassou a proporção de 03 (três) por tipo de curso, sendo os resultados ilustrados a seguir em formato de gráfico.

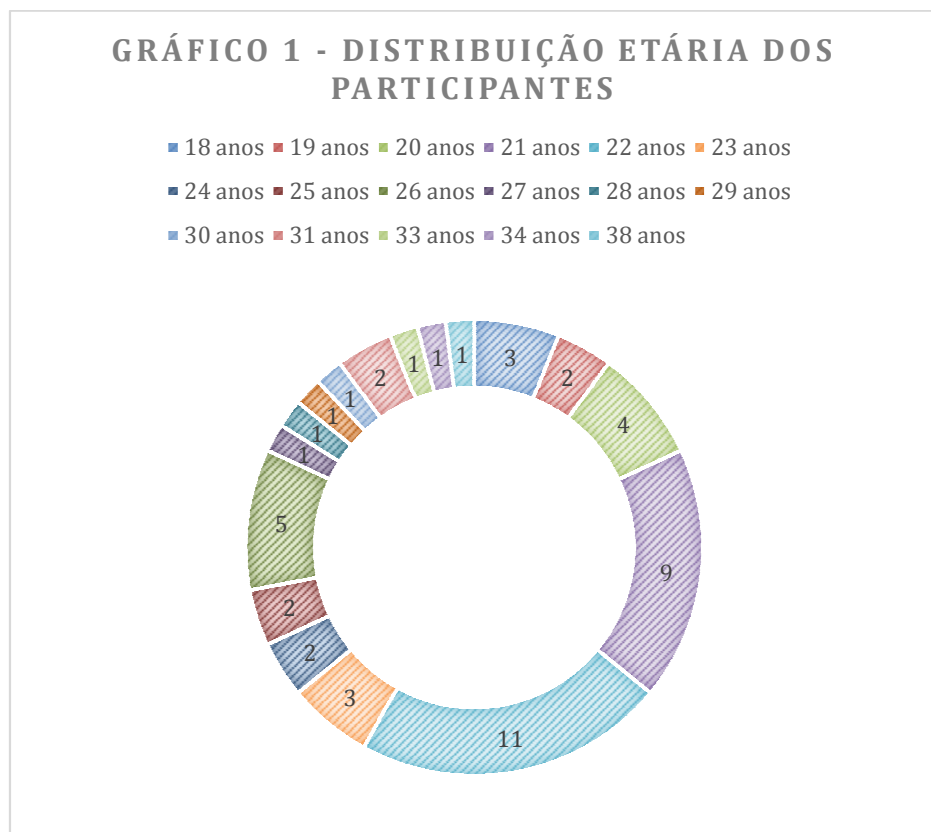
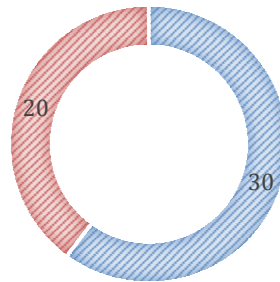


GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES POR GÊNERO AUTODECLARADO

■ FEMININO ■ MASCULINO



CURSOS DECLARADOS PELOS PARTICIPANTES

Biblioteconomia e Ciências da Informação	Engenharia Mecânica
Biotecnologia	Engenharia Química
Ciências Biológicas	Estatística
Ciências da Computação	Filosofia
Ciências Sociais	Física
Educação Especial	Fisioterapia
Educação Física	Imagem e Som
Enfermagem	Letras
Engenharia Civil	Linguística
Engenharia de Computação	Matemática
Engenharia de Materiais	Medicina
Engenharia de Produção	Pedagogia
Engenharia Elétrica	Química
Engenharia Física	Terapia Ocupacional

Destes dados, podemos constatar uma participação equivalente a 4/5 dos participantes situada na faixa etária situada entre os 18 até os 26 anos de idade, revelando uma amostragem formada em sua maioria pelo público jovem. A participação nesta pesquisa de voluntários representantes de 28 dos 33 cursos da UFSCar é bastante significativa, uma vez que não houve acúmulo relevante de respostas efetuadas por estudantes de um mesmo curso de graduação. Estudantes dos mais diversos cursos frequentam diferentes áreas de convívio dentro do contexto universitário e podem, dessa forma, oferecer uma contribuição mais ampla. Os dados referentes ao gênero autodeclarado também se mostram relativamente equilibrados, revelando que as colaborações obtidas do público autodeclarado feminino foram um pouco superiores.

As questões de múltipla escolha que seguiram no questionário revelaram dados mais imediatos no intuito de dimensionar a penetração dos conceitos relativos à temática socioambiental na visão dos participantes. A primeira questão revelou que mais da metade dos entrevistados se mostrou muito interessado pelas questões relacionadas à temática socioambiental, enquanto outros 24% se mostraram interessados 18% se disseram pouco interessados e ninguém declarou não possuir interesse no tema.

A segunda questão revelou que 92% dos entrevistados não conhece as ações e propostas ou teve algum tipo de contato com a SGAS UFSCar, enquanto 8% afirmaram já conhecer ou ter tido contato com a secretaria citada. Na mesma linha, a terceira questão demonstra que pouco menos da metade dos participantes (42%) relataram já ter participado de algum evento acadêmico, atividade ou palestra relacionada à temática ambiental dentro da UFSCar, enquanto 58% afirmaram que não ter participado de quaisquer das atividades citadas.

A quarta questão revela resultados bastante próximos à anterior, onde 59% dos participantes afirma nunca ter tido acesso a material informativo de temática socioambiental de forma impressa ou digital dentro do contexto universitário enquanto 41% afirmam ter tido acesso ao material descrito. Com relação ao curso de opção dos participantes, a quinta questão revelou que metade deles considera muito importante a presença de conteúdo de temática socioambiental em sua formação acadêmica, enquanto 38% consideram importante, 12% consideram pouco importante e nenhum participante afirmou ser de importância nula. A sexta questão possui amostragem idêntica à anterior e revela que metade dos participantes (50%) cursou ou cursará disciplinas com conteúdo ligado à temática socioambiental durante sua formação acadêmica na UFSCar, enquanto 38% afirmam que não cursaram ou cursarão tais disciplinas e 12% não souberam responder.

Os resultados da sétima questão indicam que 16% dos participantes tomam parte em ações de caráter socioambiental promovidas pela UFSCar, enquanto a grande maioria (84%) afirma não participar de quaisquer dessas ações. Dentre os que responderam positivamente, foram citados como exemplos de participação:

“Participei de disciplinas que envolviam essa temática”
“Minicurso sobre os benefícios da compostagem”
“Coleta de óleo usado”
“Caixinha de reciclagem”
“Pet ecosol”
“Separação de lixo orgânico e reciclável no apartamento”
“Separação do lixo orgânico do reciclável”
“Coleta seletiva na moradia interna da UFSCar e uso de caneca própria no RU e bebedouros espalhados pelo campus”

O que percebemos perante os resultados desta primeira metade mais objetiva do questionário é um interesse imediato bastante expressivo em relação às questões de temática socioambiental. Este interesse, no entanto, não parece condizer com os resultados das questões posteriores, demonstrando à deficiência de informação e a “displícência” que a domina a comunidade universitária como um todo quando tratamos das questões socioambientais. Esta “displícência” pode ser demonstrada aqui através do grande público que afirma não conhecer ou ter tido contato com órgãos, iniciativas, eventos ou materiais de temática socioambiental dentro da UFSCar.

Constata-se, após o levantamento realizado nesta pesquisa, a existência de diversas ações de cunho socioambiental desenvolvidas institucional e extra-institucionalmente e que o interesse imediato demonstrado pelo público em relação às questões socioambientais não é traduzido na procura por estas ações, desvelando uma das grandes dificuldades encontradas no processo de educação ambiental. Ainda que a UFSCar conte com diversas iniciativas de caráter socioambiental, a comunidade não parece participar de forma efetiva e/ou sensibilizada com a causa. Este comportamento, segundo Carvalho (2012), se assemelha ao fato de muitas vezes os alunos se comportarem de acordo com a expectativa do professor mais para agradá-lo e com isso obter uma gratificação afetiva imediata – do que por acreditarem nas razões daquele comportamento. Assim, é possível que se declarar interessado nas questões socioambientais seja um comportamento mais socialmente aceitável mesmo que esta crença não esteja internalizada no indivíduo, fazendo com que o mesmo não se interesse por fazer parte das ações e iniciativas já descritas. As contribuições sugerem também que ainda

que a maioria dos estudantes considere importante a temática socioambiental no contexto de seus cursos de opção, grande parte relata não cursar ou ter cursado disciplinas com conteúdo socioambiental, o que pode ser um indicador desta deficiência em uma parcela considerável das grades destes cursos de graduação. É possível também que o conteúdo socioambiental esteja presente, mas não seja de conhecimento dos estudantes.

A questão 8 dá início ao segmento de caráter dissertativo e indaga os voluntários sobre quais seriam os fatores que em sua opinião têm maior influência sobre os problemas socioambientais. São discerníveis 3 grupos de respostas, figurando entre elas, algumas de teor mais reducionista, que tendem a observar os problemas socioambientais sob a ótica conservacionista, tais como:

“Desmatamento”
“Redução do espaço preservado”
“O descarte incorreto de resíduos e a ausência de lixeiras”
“Descarte incorreto de lixo”
“Consumo de produtos para sobrevivência, descartes de lixo”
“Acho que o maior problema é a produção de resíduos, sejam ele sólidos, líquidos ou gasosos, em alta quantidade pelas indústrias e pela população. A poluição é algo muito agravante atualmente e que gera diversos outros problemas.”

Uma parcela maior tende a enxergar apenas problemas ligados à conscientização, informação e educação:

“Autoconscientização da população. Não adianta o desenvolvimento de vários programas com essa temática se as pessoas não se autopressionarem a darem importância verdadeira a ela”
“Divulgação de informações sobre o tema.”
“Falta de conscientização e aproximação com temáticas pertinentes ao cotidiano.”
“Falta de conscientização das pessoas”
“Educação da sociedade para pensar no bem coletivo”
“Educação”
“A falta de conhecimento”
“Falta de informações ou, até mesmo, informações equivocadas”
“Conscientização das pessoas sobre o tema”
“Desinformação”
“Falta de conhecimento das pessoas”
“Falta de informação”
“Falta de informação, educação e conscientização.”
“Falta de informação”
“Falta de consciência ambiental”

“Desconhecimento das relações de causa e efeito sobre o meio ambiente”
“Falta de educação ambiental”
“Falta de conhecimento e de envolvimento em questões socioambientais, as pessoas sabem que existem mas realmente não participam”
“Conscientização das pessoas, divulgação”
“A falta de conscientização das pessoas, mesmo em uma universidade é comum ver muitos alunos não ter consciência.”

Já uma outra parcela foi capaz de esboçar um olhar mais crítico, enxergando causas mais profundas que envolvem os atores políticos, econômicos e sociais:

“A produção e consumo em larga escala. Principalmente pelas indústrias produzirem grandes quantidades de embalagens em seus produtos, criando tendências e inclusive moldando gastos. Com a fetichização dos produtos indivíduos sempre estão em uma lógica consumista, de seguir as logomarcas e o que elas “sugerem”. Cria um efeito de bola de neve, a qual grande parte da população mundial está inserida.”
“Crescimento da indústria e populacional”
“Econômico e social”
“Política, cidadão, produção”
“Alto consumismo”
“Comodismo pelo mais fácil”
“Falta de planejamento”
“Consumismo, processos produtivos”
“Consumismo, predominância da ciência sobre outras formas de conhecimento tradicionais”
“Desigualdade”
“A certeza que se criou de que a agropecuária é incompatível com políticas de preservação ambiental ou uso adequado dos recursos naturais, gerando, assim, um atraso neste panorama e diversos conflitos. Além da cultura consumista e individualista e descontinuidade de políticas socioambientais ao se trocar de gestão municipal, estadual ou federal.”
“O nível de conscientização das pessoas e as alternativas existentes no tempo e espaço presente que possibilite uma mudança de comportamento social.”
“Principalmente o modo de vida capitalista”

O primeiro e o segundo conjunto de respostas furta-se ao debate e reflete uma visão bastante ingênua e reducionista do tema, onde são deixados de lado fatores sociais, políticos e econômicos que tem parcela bastante significativa na construção da problemática socioambiental. Estas colaborações ilustram, segundo Carvalho (2012), um espaço de convergência de boas práticas ambientais de senso comum, que se recusam a observar as diversas dimensões conflituosas do mundo social, das orientações e tradições pedagógicas e das divisões dos campos de saberes. Já o último grupo de respostas, em maior ou menor grau revela participantes mais críticos, capazes de reconhecer minimamente os conflitos sociais

inerentes à problemática socioambiental, sugerindo um rompimento com as referências tradicionais de EA impostas por interesses aos quais não interessa seu progresso. Assim,

Reconhecemos então, que a educação ambiental com responsabilidade social é toda aquela que propicia o desenvolvimento de uma consciência ecológica no educando, mas que contextualiza seu planejamento político-pedagógico de modo a enfrentar também a padronização cultural, a exclusão social, a concentração de renda, a apatia política, a alienação ideológica; muito além da degradação do ambiente (sem confundi-la com o ‘desequilíbrio ecológico’). É toda aquela que enfrenta o desafio da complexidade, porque os problemas ambientais acontecem como decorrência de práticas sociais, e como tal, expõem grupos sociais em situação de conflito socioambiental. (LAYRARGUES, 2006, p. 12)

A questão 9 indaga se o participante sente falta de alguma alternativa ou ação socioambiental que poderia ser desenvolvida pelos órgãos responsáveis da UFSCar, e quais seriam elas. A grande maioria afirmou sentir falta de alguma alternativa ou ação mencionada, mesmo que algumas delas já estejam presentes dentro da UFSCar com maior ou menor ênfase, como revela o levantamento já apresentado anteriormente. Dessa forma, estão destacadas abaixo as ações que já existem no espaço da UFSCar:

* “Conscientização sobre o descarte de resíduos laboratoriais; uma melhor comunicação sobre o tema no campus como um todo”
* “Não conheço muito das atividades, então talvez isso já seja feito, mas acho que ações voltadas ao lago da UFSCar e ao Cerrado são bem legais.”
“Sim! Mais disciplinas acerca da temática em todos os cursos”
* “Coleta seletiva na moradia”
“Sim, sinto falta de ações mais amplamente divulgadas pela UFSCar que coloquem o aluno em contato com os contextos mencionados”
“Apesar de haver coleta seletiva as pessoas não sabem separar o lixo corretamente. Seria legal ter uma composteira nos prédios e uma horta também para usar esse composto.”
* “Sim, conscientização da sociedade”
* “Coleta seletiva de lixo”
“Sim, horta”
“Sim, principalmente voltadas para o consumo consciente que minora gastos e valoriza o que se tem. Poderia haver campanhas conscientizadoras (de como aplicar as alternativas) aos estudantes não somente da moradia, mas ao público universitário e até mesmo externo.”
“Hortas Coletivas na moradia, *coleta seletiva no campus”
* “Manutenção da limpeza do lago”
“Sim. Cuidados com os próprios espaços da universidade.”
“Sim, mas não sei quais.”
“Sim, mais divulgação para a comunidade acadêmica”
* “Energias renováveis”
“Incentivo/palestras a respeito de jardinagem.”
“Sim, maior divulgação das iniciativas socioambientais efetuadas pela UFSCar dentro e fora

do ambiente universitário.”
“Discussão de temas socioambientais atrelados a cada curso da universidade”
* “Sim, programas pedagógicos e atitudes de fato como por exemplo descartes de "lixo"”
* “Sim a implantação de lixeiras em pontos de circulação na UFSCar”
“Mais bicicletários”
“Gestão de resíduos gerados pelos quiosques espalhados pelo campus”
“Sim. Poderiam ampliar o número de árvores na região da USE”
* “Energia Solar na Moradia”
“Sim. O aumento de lixeira pelo campus, a implementação de bituqueiras e uma melhora do sistema de separação e coleta de lixo reciclável na moradia, por exemplo.”
“Acho que podia ir um pouco além de só a palestra das canecas que temos no início do curso! Porque que eu me lembre é foi o único contato com o assunto que tive na universidade... Poderia ter mais informações e coisas do tipo”
“Orientações aos pequenos produtores rurais e minicursos para desenvolver boas práticas para produção e conservação do meio ambiente. Divulgação e visibilidade à produção da agricultura familiar e assentamentos. Incentivo e apoio à criação de hortas comunitárias dentro e fora da universidade. Atividades relacionando Educação Popular e questões socioambientais, economia solidária etc. Uso de energias renováveis e compostagem.”
* “Sim, coleta seletiva em todos os espaços da universidade, programas sobre os problemas atuais e alternativas sustentáveis e incentivo a grupos de pesquisa e extensão para realização de estudos e projetos relacionados a esse tema em todas as áreas do conhecimento.”
“Faltam pontos fixos de recolhimento de pilhas, baterias e óleo usado, há algumas ações pontuais em relação a isso vindo de alguns grupos dentro da universidade, PETs, ENACTUS porém a instituição UFSCar não possui esses programas, ou pelo menos eu não possuo ciência sobre eles.”

(* Ações já implantadas na UFSCar)

A questão 10 pergunta ao participante o que ele acha que incentivaria os estudantes a participar de ações de caráter socioambiental promovidas pela UFSCar. As contribuições se mostraram bastante satisfatórias, sendo notado mais uma vez um considerável apelo por divulgação e informação. Foram sugeridos também atividades e créditos obrigatórios e suplementares nas grades curriculares dos cursos de graduação, que são iniciativas já previstas pela PNEA e pelas Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental, mas nem sempre aplicadas de forma efetiva, transversal e interdisciplinar. Foram sugeridos também eventos, projetos e bolsas na área, além da divulgação dos resultados obtidos pelas ações existentes e algum tipo de compensação, contrapartida ou benefício palpável a participantes de ações ou iniciativas de temática socioambiental.

É possível notar aqui a dificuldade em construir no cidadão uma atitude ambiental positiva e internalizada e não simplesmente comportamentos isolados. Algumas poucas respostas parecem sugerir mudanças advindas de uma postura mais crítica, tal como “fazer

com que o estudante reconheça sua realidade no contexto socioambiental e sua capacidade para mudá-la”. Segundo Jacobi (2005), a educação ambiental aponta para a necessidade de elaboração de propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de atitude e práticas sociais, desenvolvimento de conhecimentos, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Soma-se a isso a ideia de Carvalho quando afirma que:

A formação de uma atitude ecológica pode ser considerada um dos objetivos mais perseguidos e reafirmados pela EA crítica. Essa atitude poderia ser definida, em seu sentido mais amplo, como a adoção de um sistema de crenças, valores e sensibilidades éticas e estéticas orientado segundo os ideais de vida de um sujeito ecológico. (CAVALHO, 2012, p. 177)

“Acho que as atividades deveriam ser mais inclusas na nossa grade curricular ou a grade oferecer mais horários livres para que os alunos possam comparecer. Além disso, a divulgação deveria ser maior, principalmente via redes sociais.”
“Divulgação”
“Minicursos, palestras, aulas”
“O interesse mesmo pelo assunto”
“Mais divulgação”
“Matérias obrigatórias e maior marketing das ações”
“Uma divulgação maior, bem como certas disciplinas recompensarem os alunos pela participação”
“Ver a mudança no ambiente em que eles vivem, ganhar algum benefício visível (ex: os legumes da horta, o sabão do recolhimento de óleo)”
“Créditos extra”
“Divulgação e educação socioambiental”
“Divulgação...”
“Divulgação de caráter dos cursos (Pet, infojunior), Cas”
“Eventos com pesquisadores da área, exposições em semanas acadêmicas, debates com estudantes ou demais indivíduos que conhecem do assunto e põe em prática alternativas.”
“A proposta de bolsas, criação de projetos de extensão ligados ao tema.”
“Maior divulgação”
“À priori, conscientizar sobre a importância do tema”
“Criação e divulgação de atividades socioambientais”
“Não sei, mas creio que palestras não ajudariam”
“Oficinas”
“Mais divulgação dessas ações.”
“Mais debates e exposição de assuntos que envolvam ou se apliquem diretamente aos estudantes bolsistas.”
“Mostrar os impactos resultante deste processo”
“Oferecer soluções e demandas de trabalhos sobre o assunto dentro dos estudos e de forma real e não utópica”
“Disponibilização de informações.”

“Integração das iniciativas com os conteúdos dos cursos.”
“Disciplinas levantando ações socioambientais dentro do curso, talvez fornecidas pelos próprios departamentos”
“Oficinas sobre temas relacionados, palestras.”
“Reforço positivo, por exemplo premiações as organizações e programas que desenvolvem essas atitudes”
“Infelizmente, para a maioria, pelo que vi aqui nesses anos, só oferecendo algo em troca”
“Um maior conhecimento sobre o tema”
“Algum projeto que aceite sugestões de melhorias partidas dos alunos da universidade.”
“Mobilização das Atléticas em atividades de pauta única agendadas com antecedência”
“Coffee Break e Certificado de horas”
“Competição no tucsa”
“Talvez se essas atividades contassem como horas extracurriculares ou que obtivesse certificação”
“Tem mais coisas atrativas e próximas do nosso dia-a-dia... Além disso podia fazer parte da grade de muitos cursos alguma matéria optativa do assunto.”
“Mostrar a importância das ações socioambientais, é um assunto pouco divulgado para pessoas que não possuem vínculo com a área”
“Fazer com que o estudante reconheça sua realidade no contexto socioambiental e sua capacidade para mudá-la.”
“Ações práticas com impacto direto no meio ambiente, nas quais poderíamos sair do campo das ideias e participar de programas efetivos na melhoria do cuidado com o meio ambiente.”
“Uma divulgação maior e mais incisiva que lembre os alunos diariamente do seu papel para com a sociedade e a universidade”

Já a questão 11 pergunta ao participante como ele avalia a efetividade das ações socioambientais promovidas pela UFSCar. A questão acaba refletindo os resultados observados no segmento objetivo do formulário, onde muitos participantes afirmaram desconhecer as ações socioambientais institucionais, o que leva a uma avaliação negativa ou até mesmo à incapacidade de avaliação:

“Regular”
“Não sei opinar”
“Regular. Ainda falta muito interesse.”
“Não sei responder”
“No quesito participação, acho que as ações não estão sendo muito efetivas... Nunca vi falar sobre as atividades no meu círculo de amizades. Mas como não as conheço, não sei avaliar o quanto as ações realmente estão tendo impacto ambiental.”
“Poderiam ser melhores”
“Ruim”
“Baixa, pois não tomo consciência das ações realizadas.”
“Pouco efetivas”

“Poderiam ser mais efetivas e promovidas”
“Não sei informar”
“Pouco divulgada, pouco usada”
“Não tenho informações suficientes para responder a questão.”
“Não tenho opinião sobre.”
“Não tive contato”
“Pouco efetiva”
“De 0 a 10, 6”
“Nao sei responder”
“Acredito que auxiliam, mas não as conheço com muita profundidade.”
“Ainda não conheço”
“Não consigo avaliar por falta de conhecimento.”
“Não sei avaliar”
“Nao sei responder”
“Mediana”
“Regular, embora seja atitudes isoladas...”
“Razoáveis”
“Pelo pouco que conheço ocorre de forma esporádica e sem um índice de desempenho, que meça a quantidade de recursos poupados, por exemplo.”
“Desconheço”
“Não tenho conhecimento”
“Não tenho muito contato para poder avaliar.”
“Pouco efetivas, não atingem boa parte da comunidade acadêmica”
“Regular, há a separação de lixo no alojamento porém muitos moradores não tem conhecimento ou não separam por preguiça”
“Acho que pode melhorar bastante”
“Ainda não conheço”

Dentre as avaliações neutras ou positivas, figuram os seguintes comentários:

“São efetivas porém são poucas”
“Em alguns departamentos são mais bem discutidos que outros”
“Com o conhecimento que possuo sobre elas, sei que são aplicadas de maneira efetiva, mas poderiam melhorar”
“Boa”
“Boa, mas falta acesso a informações.”
“Acho um ótimo incentivo, porém a única que tive contato foi o projeto canecas”
“O que é promovido pode ter um enorme efeito, levando a muitas informações e que não ficam só entre os alunos”
“Conheço apenas as atividades do Numi Ecosol e o projeto PET que recolhe óleo na moradia estudantil da universidade e em outros pontos, ambos são muito bons e com pessoas comprometidas com suas atividades.”
“Avalio bem, porém pouco disseminadas entre os cursos. A ação de uso de caneca própria no

RU tem uma redução de descartáveis interessante em níveis quantitativos.”

Mesmo as avaliações positivas ou neutras contêm ponderações que inferem sugestões, condições ou possibilidades de melhoria das ações e iniciativas institucionais, deixando clara a deficiência latente no alcance prático e na divulgação dessas ações.

Finalmente, vale a pena citar a questão 12 que dá ao participante a opção de fazer sugestões ou comentários livres. Alguns comentários parecem revelar alguma identificação dos participantes com a temática desta pesquisa, denotando o limitado número de iniciativas que ouçam a comunidade universitária em seus anseios e opiniões. Outros sugerem iniciativas envolvendo as diferentes esferas institucionais de modo a descentralizar estas ações e incluir toda a comunidade universitária na discussão.

“Continue com a temática”

“Essa é uma temática muito importante. Acredito que poderia ter palestras informativas, divulgação... É importante ressaltar a importância desse tema em TODAS as áreas, não apenas aos estudantes da área ligada diretamente ao meio ambiente. Precisa-se da sensibilização de todos!”

“Ótima pesquisa essa aqui”

“A UFSCar poderia começar colocando em pauta a despoluição do seu lago e propor aos alunos medidas e estudos para manter o rio limpo, ainda tratar o seu esgoto e realizar projetos de uso de energias renováveis. Tudo com o envolvimento obrigatório pelas disciplinas responsáveis por cada área.”

“A ProACE deveria em parceria com os cursos desenvolver algum cronograma de atividades, nem que seja uma semana, para promover atitudes dentro e fora da universidades que efetive medidas socioambientais...”

“O que pude dizer é o que chega a meu conhecimento e não o efetivo esforço da universidade com o propósito socioambiental que, embora louvável pode não ser reconhecido por muitos.”

“Parabéns pela linha de pesquisa!”

Analisando-se na totalidade o espectro de contribuições obtidas, é possível chegar a uma síntese que destaca os principais pontos observados que colaboraram nesta tentativa de compreensão de um grupo social/organização.

Quadro 10 – Síntese dos principais pontos observados

Fatores Positivos	Fatores negativos/a melhorar
O interesse demonstrado nas questões socioambientais é bastante significativo.	Dissociação bastante constante entre social/ambiental
O interesse demonstrado a partir de sugestões práticas relacionadas ao contexto	Presença marcante de pensamentos reducionistas em relação à temática

universitário é bastante significativo.	socioambiental
Algumas contribuições permitem identificar esforços no que se refere ao rompimento com as noções de EA tradicionais.	Divulgação insuficiente ou ineficiente de ações e iniciativas institucionais
	Baixa participação em atividades e iniciativas institucionais
	Alto índice de desconhecimento das ações e iniciativas institucionais
	Presença marcante de avaliações negativas acerca da efetividade das ações e iniciativas institucionais

Dessa forma, observamos um público que se mostra bastante interessado nas questões socioambientais, mas ainda muito alheio às iniciativas existentes e à complexidade envolvida nessas questões. É evidente também que a divulgação e o alcance das iniciativas e ações socioambientais existentes não vêm se mostrando efetivos, fato este que sugere a necessidade de uma revisão de estratégias. Neste sentido, constata-se que é preciso que os anseios e opiniões da comunidade universitária sejam levados em consideração neste processo de revisão, vistas as diversas contribuições percebidas nesse sentido ao longo dos questionários avaliados e visando a atender uma dinâmica social que exige e valoriza a construção de espaços democráticos de participação, negociação e decisão.

Percebe-se também que o público indagado em sua maioria ainda parece dissociar os problemas sociais dos ambientais, privilegiando em sua análise apenas o segundo, citando de maneira constante os problemas de desinformação, desmatamento, descarte de lixo, poluição, etc. Ao mesmo tempo, uma parcela menor porém relevante parece reconhecer a indissociabilidade dos fatores sociais e ambientais, citando a produção e consumo em larga escala, o crescimento da indústria e populacional, o consumismo e práticas econômicas capitalistas, problemas políticos e de planejamento, desigualdade, entre outros.

O desconhecimento a respeito das ações e iniciativas de cunho socioambiental desenvolvidas dentro do ambiente universitário também se mostrou bastante alto, vistas as respostas citadas pelos voluntários quando indagados se sentiam falta de alguma alternativa ou ação neste sentido. Entre as ações já existentes e citadas estão por exemplo a conscientização sobre o descarte de resíduos laboratoriais, ações ligadas ao lago (não foi encontrada nenhuma informação oficial que identifique o lago da UFSCar como poluído, como foi sugerido em algumas respostas) e ao cerrado, coleta seletiva na moradia estudantil e

na UFSCar e uso de energias renováveis. Este fato não indica necessariamente o desinteresse do público universitário por essas ações, mas talvez e principalmente a deficiência na aplicação e divulgação dessas ações.

Reforça esta tese o grande número de avaliações negativas e o desconhecimento alarmante demonstrados a respeito das ações socioambientais desenvolvidas institucionalmente. Dessa forma, se faz necessário repensar novos mecanismos de divulgação e conscientização e promover a interação entre o meio social e ambiental, reforçando a participação da comunidade universitária nos processos de discussão e decisão, procurando dessa forma superar os obstáculos históricos encontrados no processo de aperfeiçoamento da EA na universidade. Através do fortalecimento de uma EA crítica, combativa, interdisciplinar e transversal é possível modificar a realidade e os pontos negativos observados, colaborando para que os sujeitos não sejam simples seguidores de regras e tendências, mas participantes diretos e interessados que sejam capazes de promover uma resignificação da EA segundo suas crenças e realidades, como aponta Quintas (2008):

A Educação Ambiental, para cumprir a sua finalidade, conforme definida na Constituição Federal, na Lei n. 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e em seu Decreto regulamentador (Lei n. 4.281/02), deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham, de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído, ou seja, educação ambiental como instrumento de participação e controle social na gestão ambiental pública. (QUINTAS, 2008, p. 37)

É fato que a EA historicamente sempre enfrentou desafios bastante complexos no tocante à sua implantação contexto universitário, sendo estes desafios fatores constituintes das dificuldades encontradas no processo de resignificação da EA apontado por Quintas (2008). Por isso é fundamental ter em mente também os problemas estruturais enfrentados pelas instituições públicas de ensino superior no Brasil e que tem influência determinante no que diz respeito ao desenvolvimento da temática socioambiental.

O momento atual é de bastante dificuldade no que tange à captação de recursos financeiros que possam custear a implantação e manutenção da educação ambiental nas universidades. Este entrave parece se dar em parte pela dificuldade de reconhecimento da EA como uma área de conhecimento essencial, impossibilitando assim por consequência a contratação de pessoal especializado, o estabelecimento de infraestrutura e de políticas e normas institucionais, contribuindo para a fragmentação do ensino de EA e se distanciando

ainda mais de uma desejada interdisciplinaridade, atingindo ainda pesquisas e programas de formação docente.

Soma-se a estes fatores o “engessamento” acadêmico, marcado pela compartimentalização do saber. Por “compartimentalização” pode-se entender a departamentalização, a divisão do conhecimento por áreas de saber cada vez mais específicas, a dificuldade e impossibilidade de alteração curricular de maneira simples e efetiva e a crescente e arraigada burocracia, que impede que as rápidas mudanças e a dinâmica da EA possam ser absorvidas pela comunidade acadêmica de forma eficiente.

Os departamentos são as unidades operacionais das “universidades/fábricas”. Os professores são as ferramentas agentes de uma “linha de montagem” (o currículo), mas ao mesmo tempo representam os produtos finais de tal linha. Na operacionalização departamental dos “currículos/linhas de montagem os estudantes são a matéria-prima a ser transformada, cujo estado futuro é espelhado diante deles nas figuras dos professores, como “ferramentas preparadas para produzir cérebros para profissões específicas”. Resulta da “grande transformação transnacional das universidades” a “desqualificação provincializante do intelecto”, adestrado para ser “algo utilizável exclusivamente para aquele fim para o qual a linha de montagem está ajustada” (BURSZTYN, 2001, p. 56)

Este engessamento impede que as questões ambientais possam ser vistas de maneira transversal, plural e interdisciplinar, fazendo com que as universidades, de uma forma geral, apliquem a EA como disciplina específica numa tentativa falha de cumprir a legislação, como reconhece o artigo 10 da PNAE:

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. § 1o A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. § 2o Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica. § 3o Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas. (BRASIL, 1999)

A importância da interdisciplinaridade no processo de inserção da EA nas universidades é ressaltada pelos argumentos de Floriani (2000), ao afirmar que os fundamentos teóricos sobre uma nova forma de produção do conhecimento não podem ser dissociados da prática interdisciplinar (articulação de diversas disciplinas para melhor compreender e gerir situações de acomodação, tensão ou conflito explícitos entre as necessidades, práticas humanas e dinâmicas naturais). A visão de meio ambiente deve ser multicêntrica, complexa e objeto de diferentes escalas de abordagem.

Ao analisar os currículos dos cursos universitários atualmente, observa-se uma tendência de ensino de EA enquanto disciplina específica aplicada ao contexto do curso em

questão, de forma a compartimentalizar o ensino que em nada colabora para a interação entre as demais disciplinas tanto do próprio curso quanto da universidade.

Percebe-se que as dificuldades iniciais no processo ensino aprendizagem de EA remontam a questões de ordem conceitual, porém estas advêm de todo um processo anterior, em que por diversas vezes a questão ambiental pode ter sido tratada de forma isolada, fragmentada, descontextualizada; daí a importância de insistir em uma abordagem complexa e transdisciplinar (além das disciplinas, mas com elas). (SILVA e MARCOMIN, 2009, p. 109)

Vale destacar mais uma vez que, ainda hoje no contexto universitário, é possível encontrar uma visão antiquada sobre as questões ambientais, que em sua maioria priorizam as questões econômicas e ignoram as questões socioculturais e políticas inerentes ao tema, colaborando para seu reducionismo. Segundo Boff, (2012) a concepção de sustentabilidade não pode ser reducionista e aplicar-se apenas ao crescimento/desenvolvimento, como é predominante nos tempos atuais. Soma-se a isso o fato de que as mudanças notadas ainda são em grande parte realizadas de maneira coercitiva, de forma a apenas fazer cumprir leis e diretrizes socioambientais impostas pelo Estado.

Observam-se ainda, problemas relacionados à dissociação entre ensino, pesquisa e extensão - pilares que por vezes encontram-se ainda departamentalizados e encerrados nos saberes de suas respectivas áreas de conhecimento, quando deveriam ser indissociáveis e servir como instrumentos de interdisciplinaridade.

É de ressaltar aqui que a desejável integração entre ensino, pesquisa, extensão e gestão parece uma condição sine qua non para a inserção das questões ambientais no seio da universidade, dadas as características transversais, multi e até transdisciplinares da abordagem ambiental e de toda educação daí decorrente. Essa integração deverá refletir mudanças efetivas de conceitos, hábitos e práticas de gestão nos diversos níveis, da reitoria à sala de aula. (SILVA e MARCOMIN, 2009, p. 107)

Esta dissociação, por sua vez, distancia ainda mais a sociedade, aumentando substancialmente o abismo entre universidade e comunidade, tornando mais complexa a tarefa de discutir uma sustentabilidade mais democrática. Assim, o avanço no debate se torna tímido, mantendo-se as latentes condições de desigualdade onde a sociedade marginalizada acaba arcando com uma parcela maior da “dívida ambiental”, entendida aqui como as consequências negativas advindas da exploração inescrupulosa do meio ambiente em suas mais diversas formas.

Assim, para que as contribuições conseguidas nesta pesquisa possam ser de alguma valia para a instituição, é imprescindível repensar políticas e procedimentos institucionais no intuito de promover a construção de uma cidadania e o desenvolvimento de uma consciência

socioambiental num processo permanente, que não atenda meramente as demandas normativas ou de interesses dominantes utilitaristas, mas que compreenda as questões sociais, convide a sociedade para esta discussão e resulte num processo contínuo de transformação.

6 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões socioambientais estão inegavelmente presentes no cotidiano da sociedade, figurando na Constituição Federal não apenas pelo viés conservacionista, mas também pela ótica social. Um meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito e dever de todos, associando diretamente a qualidade do meio ambiente à qualidade de vida do cidadão.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

Com essa premissa em mente, este trabalho pretendeu interpretar compreensivamente a percepção e a formação socioambiental dos estudantes residentes na moradia estudantil da UFSCar, sempre com a convicção de que a construção do conhecimento é um processo inexato e infundável, não sendo possível apontar certezas dentro de uma realidade tão dinâmica e diversa.

Considera-se, portanto que o objetivo pretendido foi alcançado, na medida em que o questionário aplicado foi capaz de obter respostas que possibilitaram a realização de uma reflexão acerca da percepção ambiental dos estudantes assim como das ações ambientais desenvolvidas institucionalmente.

O que pudemos inferir é que a predominância de discursos conservacionistas e tradicionais que dissociam os fatores ambientais dos sociais não traduzem a complexidade inerente à temática socioambiental, dificultando que a mesma seja debatida sob a ótica política ou econômica, pautando as relações de poder e respeitando-se a diversidade cultural.

Como explorado no decorrer da pesquisa, podemos também inferir que estes resultados advêm de uma tendência educacional condicionante de caráter conservacionista que vêm sendo historicamente imposta pela camada dominante da sociedade, à qual não interessa que a recente penetração do discurso socioambiental rompa com esta hegemonia.

Além disso, os resultados demonstraram que as ações socioambientais desenvolvidas institucionalmente são desconhecidas pela maioria dos entrevistados, revelando falhas na divulgação e planejamento dessas ações que deveriam incluir de forma ativa a comunidade universitária. Os resultados demonstram também um interesse significativo desta mesma comunidade em participar das iniciativas socioambientais citadas, interesse este que é exemplificado nas diversas sugestões de inclusão da comunidade neste processo. Chama a atenção nas sugestões citadas, as que citam que a participação em uma ação socioambiental deveria vir acompanhada de algum tipo de contrapartida, reforçando a dificuldade encontrada

pela EA em construir no indivíduo uma atitude socioambiental positiva e internalizada ao invés de comportamentos isolados. Em meio às sugestões de inclusão figuram também em menor número as que parecem reconhecer a necessidade de mudança de atitude e das práticas sociais arraigadas, de forma a superar os discursos utópicos e abordar a questão de acordo com o contexto atual.

Especificamente a respeito das ações socioambientais desenvolvidas institucionalmente, percebeu-se que a grande maioria dos entrevistados relatou uma percepção neutra, regular ou negativa sobre as mesmas, ocasionada em grande parte pelo desconhecimento total ou parcial das ações realizadas. Mesmo as avaliações positivas revelam algum nível de insatisfação ou fatores a melhorar, sugerindo mais uma vez uma deficiência latente no alcance prático e divulgação das ações citadas.

Dessa forma, ficou demonstrada a partir das respostas obtidas a necessidade de repensar novos mecanismos e a importância de fortalecimento de uma EA crítica, transversal e interdisciplinar que seja capaz de combater os obstáculos impostos historicamente.

Importante destacar também os problemas e obstáculos enfrentados pelas instituições públicas de ensino superior no tocante à implantação e discussão da temática socioambiental em seu contexto diário. Nesse sentido, a UFSCar parece estar caminhando na direção correta, implantando órgãos, mecanismos e medidas que buscam minimizar estas limitações, firmando parcerias com iniciativas socioambientais e colaborando na complexificação do debate.

Aqui se destaca o papel fundamental dos educadores neste intrincado processo que deve começar da base, superando tendências arraigadas de educação ambiental e persistindo no debate e no conflito de ideias, atitude fundamental na formação de indivíduos que sejam capazes de compreender e alterar as suas relações e as relações da sociedade com o meio ambiente em que vivem.

Para que possa continuar evoluindo nas questões socioambientais, a UFSCar deve manter seu processo de amadurecimento, transcendendo o campo das ideias e buscando projetos e ações que estimulem a informação, a mobilização e o engajamento da comunidade universitária, criando na mesma uma consciência crítica e combativa no que concerne às questões socioambientais. É importante também que a universidade se alinhe ao contexto das novas tecnologias, utilizando recursos digitais tais como as redes sociais a seu favor, disseminando de maneira mais efetiva ações e projetos de forma a incluir a comunidade no processo e reduzir o problema da deficiência na divulgação de tais ações.

Enquanto instituição pública de ensino superior, é papel da UFSCar atuar como agente transformador, assumindo a responsabilidade de conclamar a comunidade a participar, a

discutir, a decidir sobre as questões relacionadas a um meio ambiente que é de uso e convivência comum, alimentando um processo educativo que segundo Layrargues (2002) é eminentemente político, que visa o desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais.

7 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. **Inovação tecnológica e meio ambiente: a construção de novos enfoques.** Ambiente & Sociedade, v. 7, n. 1, p. 89-106, 2004.
- BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é.** Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BRASIL. **Constituição de 05 de outubro de 1988.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 mai. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 6983, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 10 mai. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril 1999.** Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 12 mai. 2017.
- BRASIL. **Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 12 mai. 2017.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n. 2, de 15 de Junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares para Educação Ambiental. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- BURSZTYN, M. (Org). **Ciência, ética e sustentabilidade.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001274/127492por.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2017.
- CATALÃO, V. M. L.; LAYRARHGUES, P. P.; ZANETI, I. C. B. B. **Universidade para o século XXI: educação e gestão ambiental na Universidade de Brasília.** Brasília: Cidade Gráfica e Editora, 2011.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1., 1997, Brasília. **Declaração de Brasília para a educação ambiental.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal / Ministério da Educação e do Desporto, 1997. 88p.
- CORAZZA, R. I. **Economia, tecnologia e meio ambiente: comentários sobre aspectos positivos e normativos da Economia do Meio Ambiente.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 479-498, 2003. Disponível em <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/731>>. Acesso em: 12 fev. 2017.
- CORAZZA, R. I. **Tecnologia e meio ambiente no debate sobre os limites do crescimento: notas à luz de contribuições selecionadas de Georgescu-Roegen.** Economia, Brasília, v. 6, n. 2, p. 435-461, 2005. Disponível em <http://www.anpec.org.br/revista/vol6/vol6n2p435_461.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

- CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2012.
- DIAS, G. F. **Fundamentos de educação ambiental**. Brasília: Universa, 2000.
- FLORIANI, D. **Marcos conceituais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade**. In: PHILIPPI, JR., A (Org.). *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus Editora, p. 95-107, 2000.
- FREITAS, D.; OLIVEIRA, H. T. **Uma reflexão sobre o valor do trabalho desenvolvido pela REDE ACES no período de sua implementação**. In: GELI, A. M.; JUNYENT M.; SÁNCHEZ, S. (Org.). *Ambientalización curricular de los estudios superiores . 4 – Acciones de Intervención y labance final Del proyeto de Ambientalización Curricular de os Estudios Superiores*. Girona: Udg, v. 4, p.305-319, 2004.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T (Org.). **Métodos de pesquisa**. 1ª. Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: no consenso, um embate?** Campinas: Papirus, 2000.
- JACOBI, P. R. **Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. *Educação e Pesquisa*. v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005.
- LAYRARGUES, P. P. **A crise ambiental e suas implicações na educação**. In: QUINTAS, J. S. *Pensando e praticando Educação Ambiental na gestão do meio ambiente*. 2. Ed. Brasília: Ibama, p. 161-198, 2002.
- LAYRARGUES, P. P. **Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social**. In: LOUREIRO, C.F.B. et al. *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LAYRARGUES, P. P. **Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica**. In: *Revista Contemporânea de Educação*. v. 7, n. 14, p. 398- 421, 2012.
- LAYRARGUES, P. P. & LIMA, G. F. da C. **Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil**. In: *Encontro Pesquisa em Educação Ambiental*, 6, Anais VI EPEA, Ribeirão Preto: USP, 2011.
- MARCOMIN, F. E.; SILVA, A. D. V. **A sustentabilidade no ensino superior brasileiro: alguns elementos a partir da prática de educação ambiental na Universidade**. In: *Revista Contrapontos*, Itajaí, v. 9, n. 2, p. 104-117, 2009.
- MOURA, J. D. P.; HIRATA, C. A. **Educação ambiental em debate**. *Revista Prodência*, UEL, Londrina, v.05, n.5, jul-dez, 2013.
- PORTAL SGAS. **Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. Disponível em <<http://www.sgas.ufscar.br/sgas>>. Acesso em 25 mai. 2017.
- PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – ProACE. **Relatório de gestão 2012-2016 - transição de gestão**. UFSCar, São Carlos, 2016.
- PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – ProACE. **Relatório anual de atividades**. UFSCar, São Carlos, 2016.
- QUINTAS, J. S. **A educação no processo de gestão ambiental**. In: *Educação Ambiental no Brasil*. Ano XVIII boletim 01, p. 30 – 40, 2008.

ROSA, A. V. **Projetos em educação ambiental.** In: Encontros e Caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores. Brasília, v. 2, p. 274-287, 2007.

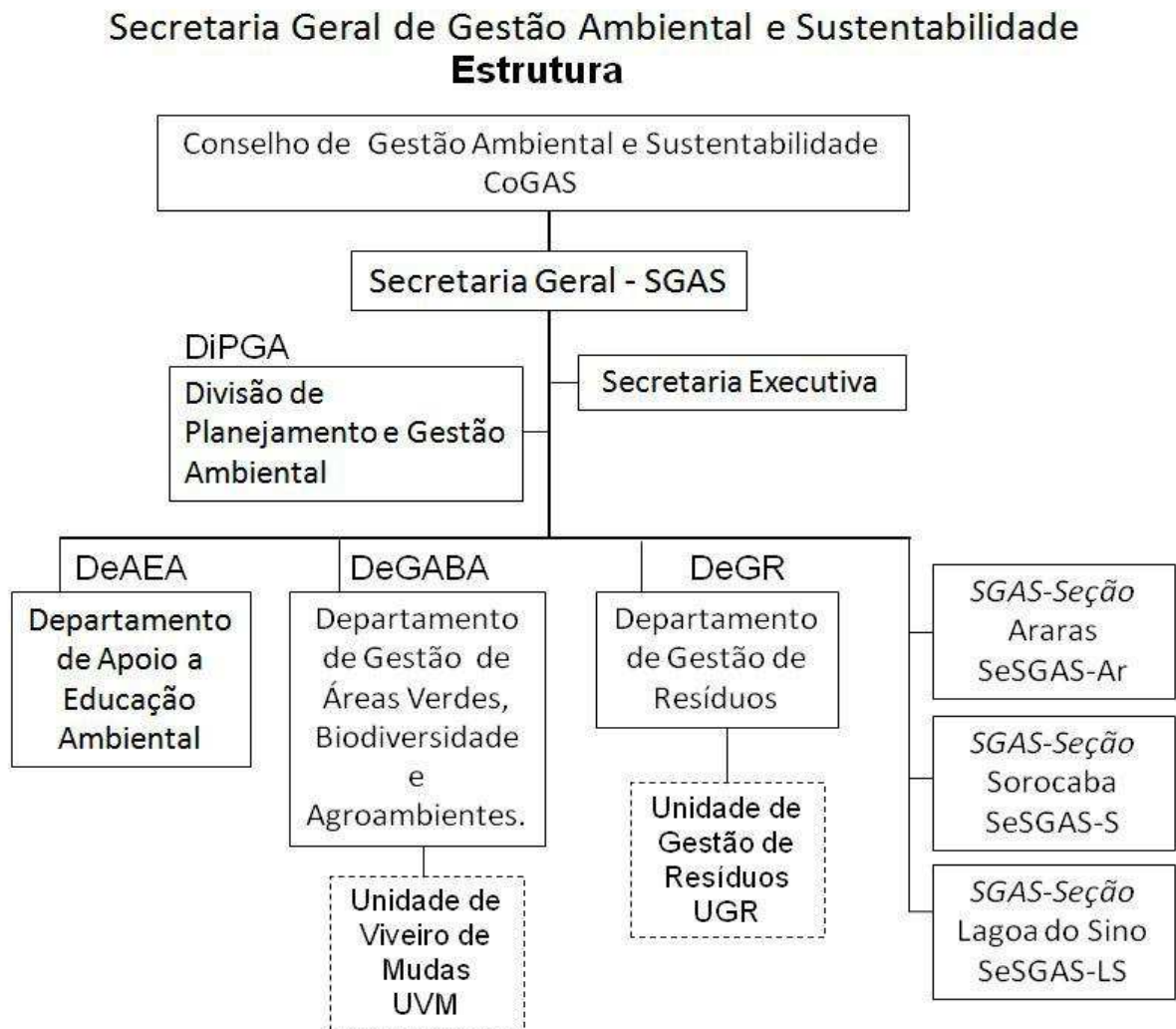
SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental.** In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M (Org.). Educação Ambiental: pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, p.17-44, 2005.

SAUVÉ, L. **Educação ambiental: possibilidades e limitações.** Educação e Pesquisa. São Paulo, v.31, n.2, p.317 – 322, maio – ago, 2005.

SECRETARIA GERAL DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE – SGAS. **Relatório de gestão 2012-2016.** São Carlos, 2016.

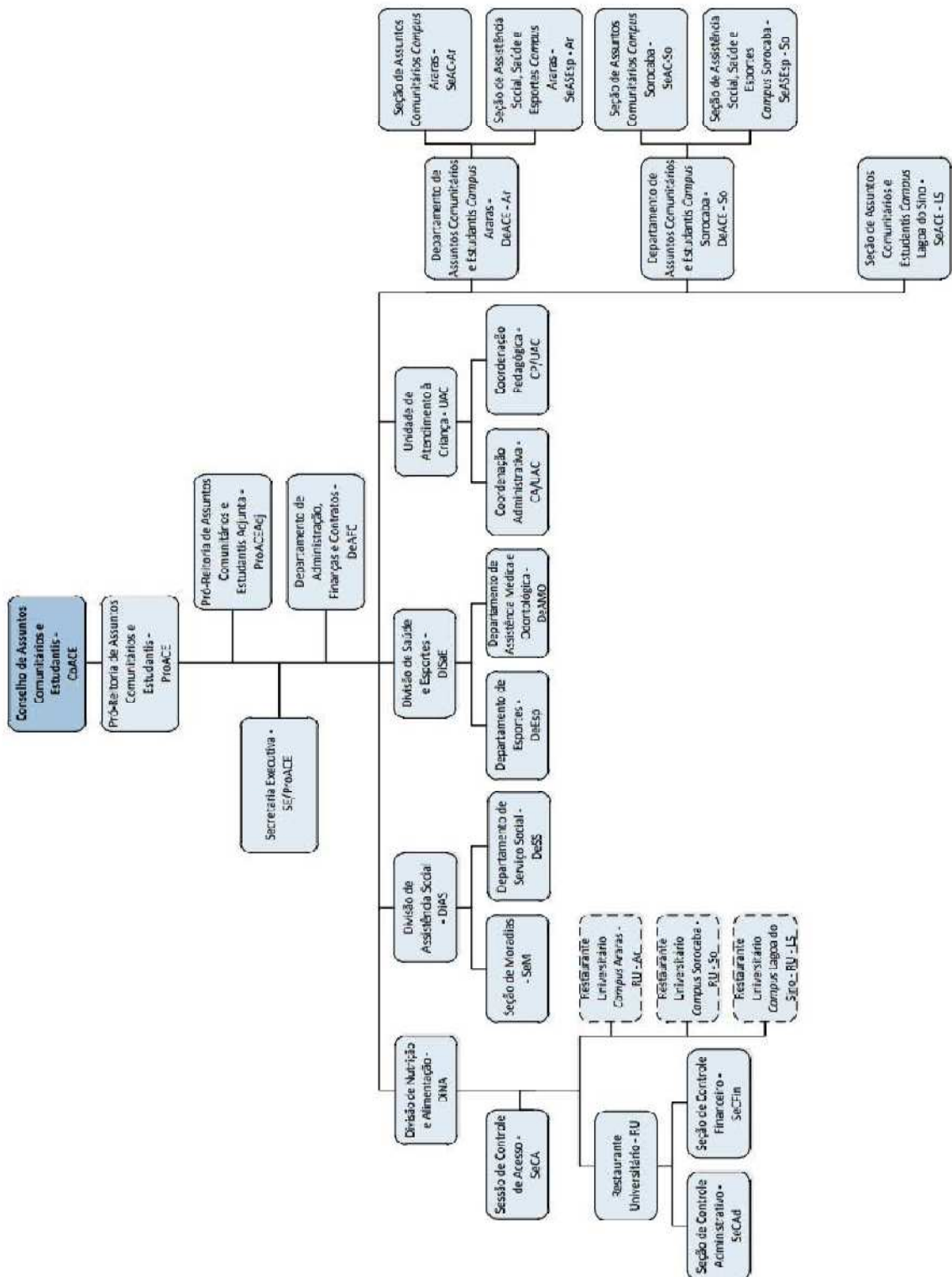
8 ANEXOS

Anexo 1 – Organograma da Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade



Fonte: Portal SGAS (2017) – <http://www.sgas.ufscar.br>

Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - ProACE



Fonte: ProACE. Relatório Gestão 2012-2016 - Transição de Gestão. UFSCar, São Carlos, 2016.

9 APÊNDICES

Apêndice 1 - Questionário direcionado aos estudantes residentes da moradia estudantil da UFSCar

Nome	
Gênero (Autodeclarado)	
Idade	
Curso	

1) O quanto você se considera interessado(a) pelas questões relacionadas à temática socioambiental?

<i>Muito interessado</i>
<i>Interessado</i>
<i>Pouco interessado</i>
<i>Não tenho interesse</i>

2) Você conhece as ações e propostas ou já teve algum contato com a Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS) da UFSCar?

<i>Sim</i>
<i>Não</i>

3) Você já participou de algum evento acadêmico, atividade, ou palestra de temática socioambiental na UFSCar?

<i>Sim</i>
<i>Não</i>

4) Você já teve acesso a material informativo impresso ou digital sobre a temática socioambiental na UFSCar?

<i>Sim</i>
<i>Não</i>

5) Que grau de importância você atribuiria a presença de conteúdo de temática socioambiental em sua formação acadêmica na UFSCar?

<i>Muito importante</i>
<i>Importante</i>
<i>Pouco importante</i>
<i>Sem importancia</i>

6) Você cursou/cursará disciplinas com conteúdo ligado à temática socioambiental em sua formação acadêmica na UFSCar?

<input type="checkbox"/>	<i>Sim</i>
<input type="checkbox"/>	<i>Não</i>
<input type="checkbox"/>	<i>Não sei responder</i>

7) Você participa de ações de caráter socioambiental promovidas pela UFSCar?

<input type="checkbox"/>	<i>Sim</i>
<input type="checkbox"/>	<i>Não</i>

Se sim, quais?

8) Quais os fatores que em sua opinião tem maior influência sobre os problemas socioambientais?

9) Você sente falta de alguma alternativa ou ação socioambiental que poderia ser desenvolvida pelos órgãos responsáveis da UFSCar? Se sim, Quais?

10) O que você acha que incentivaria os estudantes a participar de ações de caráter socioambiental promovidas pela UFSCar?

11) Como você avalia a efetividade das ações socioambientais promovidas pela UFSCar?

12) Sugestões e comentários livres

Apêndice 2 – Demonstrativo integral das respostas obtidas nos questionários aplicados.

1) O quanto você se considera interessado(a) pelas questões relacionadas à temática socioambiental?

58%	<i>Muito interessado</i>
24%	<i>Interessado</i>
18%	<i>Pouco interessado</i>
0%	<i>Não tenho interesse</i>

2) Você conhece as ações e propostas ou já teve algum contato com a Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS) da UFSCar?

8%	<i>Sim</i>
92%	<i>Não</i>

3) Você já participou de algum evento acadêmico, atividade, ou palestra de temática socioambiental na UFSCar?

42%	<i>Sim</i>
58%	<i>Não</i>

4) Você já teve acesso a material informativo impresso ou digital sobre a temática socioambiental na UFSCar?

41%	<i>Sim</i>
59%	<i>Não</i>

5) Que grau de importância você atribuiria a presença de conteúdo de temática socioambiental em sua formação acadêmica na UFSCar?

50%	<i>Muito importante</i>
38%	<i>Importante</i>
12%	<i>Pouco importante</i>
0%	<i>Sem importancia</i>

6) Você cursou/cursará disciplinas com conteúdo ligado à temática socioambiental em sua formação acadêmica na UFSCar?

50%	<i>Sim</i>
38%	<i>Não</i>
12%	<i>Não sei responder</i>

7) Você participa de ações de caráter socioambiental promovidas pela UFSCar? Se sim, Quais?

16%	<i>Sim</i>
84%	<i>Não</i>

“Participei de disciplinas que envolviam essa temática”
“Minicurso sobre os benefícios da compostagem”
“Coleta de óleo usado”
“Caixinha de reciclagem”
“Pet ecosol”
“Separação de lixo orgânico e reciclável no apartamento”
“Separação do lixo orgânico do reciclável”
“Coleta seletiva na moradia interna da UFSCar e uso de caneca própria no RU e bebedouros espalhados pelo campus”

8) Quais os fatores que em sua opinião tem maior influência sobre os problemas socioambientais?

“Desmatamento”
“Redução do espaço preservado”
“O descarte incorreto de resíduos e a ausência de lixeiras”
“Descarte incorreto de lixo”
“Consumo de produtos para sobrevivência, descartes de lixo”
“Acho que o maior problema é a produção de resíduos, sejam ele sólidos, líquidos ou gasosos, em alta quantidade pelas indústrias e pela população. A poluição é algo muito agravante atualmente e que gera diversos outros problemas.”
“Autoconscientização da população. Não adianta o desenvolvimento de vários programas com essa temática se as pessoas não se autopressionarem a darem importância verdadeira a ela”
“Divulgação de informações sobre o tema.”
“Falta de conscientização e aproximação com temáticas pertinentes ao cotidiano.”
“Falta de conscientização das pessoas”
“Educação da sociedade para pensar no bem coletivo”
“Educação”
“A falta de conhecimento”
“Falta de informações ou, até mesmo, informações equivocadas”
“Conscientização das pessoas sobre o tema”
“Desinformação”
“Falta de conhecimento das pessoas”
“Falta de informação”
“Falta de informação, educação e conscientização.”
“Falta de informação”
“Falta de consciência ambiental”
“Desconhecimento das relações de causa e efeito sobre o meio ambiente”
“Falta de educação ambiental”
“Falta de conhecimento e de envolvimento em questões socioambientais, as pessoas sabem que existem mas realmente não participam”

“Conscientização das pessoas, divulgação”
“A falta de conscientização das pessoas, mesmo em uma universidade é comum ver muitos alunos não ter consciência.”
“A produção e consumo em larga escala. Principalmente pelas indústrias produzirem grandes quantidades de embalagens em seus produtos, criando tendências e inclusive moldando gastos. Com a fetichização dos produtos indivíduos sempre estão em uma lógica consumista, de seguir as logomarcas e o que elas “sugerem”. Cria um efeito de bola de neve, a qual grande parte da população mundial está inserida.”
“Crescimento da indústria e populacional”
“Econômico e social”
“Política, cidadão, produção”
“Alto consumismo”
“Comodismo pelo mais fácil”
“Falta de planejamento”
“Consumismo, processos produtivos”
“Consumismo, predominância da ciência sobre outras formas de conhecimento tradicionais”
“Desigualdade”
“A certeza que se criou de que a agropecuária é incompatível com políticas de preservação ambiental ou uso adequado dos recursos naturais, gerando, assim, um atraso neste panorama e diversos conflitos. Além da cultura consumista e individualista e descontinuidade de políticas socioambientais ao se trocar de gestão municipal, estadual ou federal.”
“O nível de conscientização das pessoas e as alternativas existentes no tempo e espaço presente que possibilite uma mudança de comportamento social.”
“Principalmente o modo de vida capitalista”

9) Você sente falta de alguma alternativa ou ação socioambiental que poderia ser desenvolvida pelos órgãos responsáveis da UFSCar? Se sim, Quais?

“Conscientização sobre o descarte de resíduos laboratoriais; uma melhor comunicação sobre o tema no campus como um todo”
“Não conheço muito das atividades, então talvez isso já seja feito, mas acho que ações voltadas ao lago da UFSCar e ao Cerrado são bem legais.”
“Sim! Mais disciplinas acerca da temática em todos os cursos”
“Coleta seletiva na moradia”
“Sim, sinto falta de ações mais amplamente divulgadas pela UFSCar que coloquem o aluno em contato com os contextos mencionados”
“Apesar de haver coleta seletiva as pessoas não sabem separar o lixo corretamente. Seria legal ter uma composteira nos prédios e uma horta também para usar esse composto.”
“Sim, conscientização da sociedade”
“Coleta seletiva de lixo”
“Sim, horta”
“Sim, principalmente voltadas para o consumo consciente que minora gastos e valoriza o que se tem. Poderia haver campanhas conscientizadoras (de como aplicar as alternativas) aos

estudantes não somente da moradia, mas ao público universitário e até mesmo externo.”
“Hortas Coletivas na moradia, *coleta seletiva no campus”
“Manutenção da limpeza do lago”
“Sim. Cuidados com os próprios espaços da universidade.”
“Sim, mas não sei quais.”
“Sim, mais divulgação para a comunidade acadêmica”
“Energias renováveis”
“Incentivo/palestras a respeito de jardinagem.”
“Sim, maior divulgação das iniciativas socioambientais efetuadas pela UFSCar dentro e fora do ambiente universitário.”
“Discussão de temas socioambientais atrelados a cada curso da universidade”
“Sim, programas pedagógicos e atitudes de fato como por exemplo descartes de "lixo"”
“Sim a implantação de lixeiras em pontos de circulação na UFSCar”
“Mais bicicletários”
“Gestão de resíduos gerados pelos quiosques espalhados pelo campus”
“Sim. Poderiam ampliar o número de árvores na região da USE”
“Energia Solar na Moradia”
“Sim. O aumento de lixeira pelo campus, a implementação de bituqueiras e uma melhora do sistema de separação e coleta de lixo reciclável na moradia, por exemplo.”
“Acho que podia ir um pouco além de só a palestra das canecas que temos no início do curso! Porque que eu me lembre é foi o único contato com o assunto que tive na universidade... Poderia ter mais informações e coisas do tipo”
“Orientações aos pequenos produtores rurais e minicursos para desenvolver boas práticas para produção e conservação do meio ambiente. Divulgação e visibilidade à produção da agricultura familiar e assentamentos. Incentivo e apoio à criação de hortas comunitárias dentro e fora da universidade. Atividades relacionando Educação Popular e questões socioambientais, economia solidária etc. Uso de energias renováveis e compostagem.”
“Sim, coleta seletiva em todos os espaços da universidade, programas sobre os problemas atuais e alternativas sustentáveis e incentivo a grupos de pesquisa e extensão para realização de estudos e projetos relacionados a esse tema em todas as áreas do conhecimento.”
“Faltam pontos fixos de recolhimento de pilhas, baterias e óleo usado, há algumas ações pontuais em relação a isso vindo de alguns grupos dentro da universidade, PETs, ENACTUS porém a instituição UFSCar não possui esses programas, ou pelo menos eu não possuo ciência sobre eles.”

10) O que você acha que incentivaria os estudantes a participar de ações de caráter socioambiental promovidas pela UFSCar?

“Acho que as atividades deveriam ser mais inclusas na nossa grade curricular ou a grade oferecer mais horários livres para que os alunos possam comparecer. Além disso, a divulgação deveria ser maior, principalmente via redes sociais.”
“Divulgação”
“Minicursos, palestras, aulas”

“O interesse mesmo pelo assunto”
“Mais divulgação”
“Matérias obrigatórias e maior marketing das ações”
“Uma divulgação maior, bem como certas disciplinas recompensarem os alunos pela participação”
“Ver a mudança no ambiente em que eles vivem, ganhar algum benefício visível (ex: os legumes da horta, o sabão do recolhimento de óleo)”
“Créditos extra”
“Divulgação e educação socioambiental”
“Divulgação...”
“Divulgação de caráter dos cursos (Pet, infojunior), Cas”
“Eventos com pesquisadores da área, exposições em semanas acadêmicas, debates com estudantes ou demais indivíduos que conhecem do assunto e põe em prática alternativas.”
“A proposta de bolsas, criação de projetos de extensão ligados ao tema.”
“Maior divulgação”
“À priori, conscientizar sobre a importância do tema”
“Criação e divulgação de atividades socioambientais”
“Não sei, mas creio que palestras não ajudariam”
“Oficinas”
“Mais divulgação dessas ações.”
“Mais debates e exposição de assuntos que envolvam ou se apliquem diretamente aos estudantes bolsistas.”
“Mostrar os impactos resultante deste processo”
“Oferecer soluções e demandas de trabalhos sobre o assunto dentro dos estudos e de forma real e não utópica”
“Disponibilização de informações.”
“Integração das iniciativas com os conteúdos dos cursos.”
“Disciplinas levantando ações socioambientais dentro do curso, talvez fornecidas pelos próprios departamentos”
“Oficinas sobre temas relacionados, palestras.”
“Reforço positivo, por exemplo premiações as organizações e programas que desenvolvem essas atitudes”
“Infelizmente, para a maioria, pelo que vi aqui nesses anos, só oferecendo algo em troca’
“Um maior conhecimento sobre o tema”
“Algum projeto que aceite sugestões de melhorias partidas dos alunos da universidade.”
“Mobilização das Atléticas em atividades de pauta única agendadas com antecedência”
“Coffee Break e Certificado de horas”
“Competição no tusca”
“Talvez se essas atividades contassem como horas extracurriculares ou que obtivesse certificação”
“Tem mais coisas atrativas e próximas do nosso dia-a-dia... Além disso podia fazer parte da grade de muitos cursos alguma matéria optativa do assunto.”
“Mostrar a importância das ações socioambientais, é um assunto pouco divulgado para

“Fazer com que o estudante reconheça sua realidade no contexto socioambiental e sua capacidade para mudá-la.”
“Ações práticas com impacto direto no meio ambiente, nas quais poderíamos sair do campo das ideias e participar de programas efetivos na melhoria do cuidado com o meio ambiente.”
“Uma divulgação maior e mais incisiva que lembre os alunos diariamente do seu papel para com a sociedade e a universidade”

11) Como você avalia a efetividade das ações socioambientais promovidas pela UFSCar?

“Regular”
“Não sei opinar”
“Regular. Ainda falta muito interesse.”
“Não sei responder”
“No quesito participação, acho que as ações não estão sendo muito efetivas... Nunca vi falar sobre as atividades no meu círculo de amizades. Mas como não as conheço, não sei avaliar o quanto as ações realmente estão tendo impacto ambiental.”
“Poderiam ser melhores”
“Ruim”
“Baixa, pois não tomo consciência das ações realizadas.”
“Pouco efetivas”
“Poderiam ser mais efetivas e promovidas”
“Não sei informar”
“Pouco divulgada, pouco usada”
“Não tenho informações suficientes para responder a questão.”
“Não tenho opinião sobre.”
“Não tive contato”
“Pouco efetiva”
“De 0 a 10, 6”
“Nao sei responder”
“Acredito que auxiliam, mas não as conheço com muita profundidade.”
“Ainda não conheço”
“Não consigo avaliar por falta de conhecimento.”
“Não sei avaliar”
“Nao sei responder”
“Mediana”
“Regular, embora seja atitudes isoladas...”
“Razoáveis”
“Pelo pouco que conheço ocorre de forma esporádica e sem um índice de desempenho, que meça a quantidade de recursos poupados, por exemplo.”
“Desconheço”
“Não tenho conhecimento”
“Não tenho muito contato para poder avaliar.”

“Pouco efetivas, não atingem boa parte da comunidade acadêmica”
“Regular, há a separação de lixo no alojamento porém muitos moradores não tem conhecimento ou não separam por preguiça”
“Acho que pode melhorar bastante”
“Ainda não conheço”
“Regular”
“Não sei opinar”
“Regular. Ainda falta muito interesse.”
“Não sei responder”
“No quesito participação, acho que as ações não estão sendo muito efetivas... Nunca vi falar sobre as atividades no meu círculo de amizades. Mas como não as conheço, não sei avaliar o quanto as ações realmente estão tendo impacto ambiental.”
“Poderiam ser melhores”
“Ruim”
“Baixa, pois não tomo consciência das ações realizadas.”
“Pouco efetivas”
“Poderiam ser mais efetivas e promovidas”
“Não sei informar”
“Pouco divulgada, pouco usada”
“Não tenho informações suficientes para responder a questão.”
“Não tenho opinião sobre.”
“Não tive contato”
“Pouco efetiva”
“De 0 a 10, 6”
“Nao sei responder”
“Acredito que auxiliam, mas não as conheço com muita profundidade.”
“Ainda não conheço”
“Não consigo avaliar por falta de conhecimento.”
“Não sei avaliar”
“Nao sei responder”
“Mediana”
“Regular, embora seja atitudes isoladas...”
“Razoáveis”
“Pelo pouco que conheço ocorre de forma esporádica e sem um índice de desempenho, que meça a quantidade de recursos poupados, por exemplo.”
“Desconheço”
“Não tenho conhecimento”
“Não tenho muito contato para poder avaliar.”
“Pouco efetivas, não atingem boa parte da comunidade acadêmica”
“Regular, há a separação de lixo no alojamento porém muitos moradores não tem conhecimento ou não separam por preguiça”
“Acho que pode melhorar bastante”

“Ainda não conheço”

12) Sugestões e comentários livres

“Continue com a temática”

“Essa é uma temática muito importante. Acredito que poderia ter palestras informativas, divulgação... É importante ressaltar a importância desse tema em TODAS as áreas, não apenas aos estudantes da área ligada diretamente ao meio ambiente. Precisa-se da sensibilização de todos!”

“Ótima pesquisa essa aqui”

“A UFSCar poderia começar colocando em pauta a despoluição do seu lago e propor aos alunos medidas e estudos para manter o rio limpo, ainda tratar o seu esgoto e realizar projetos de uso de energias renováveis. Tudo com o envolvimento obrigatório pelas disciplinas responsáveis por cada área.”

“A ProACE deveria em parceria com os cursos desenvolver algum cronograma de atividades, nem que seja uma semana, para promover atitudes dentro e fora da universidades que efetive medidas socioambientais...”

“O que pude dizer é o que chega a meu conhecimento e não o efetivo esforço da universidade com o propósito socioambiental que, embora louvável pode não ser reconhecido por muitos.”

“Parabéns pela linha de pesquisa!”